

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL E O RENTA
DIGNIDAD NA BOLÍVIA:
UMA ANÁLISE DESDE A PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA**

JOSIANE BIONDO

FLORIANÓPOLIS - SC

2010

JOSIANE BIONDO

**O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL E O RENTA
DIGNIDAD NA BOLÍVIA:
UMA ANÁLISE DESDE A PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço de Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, orientado pela Professora Mestre Mirella Farias Rocha.

FLORIANÓPOLIS – SC

2010

JOSIANE BIONDO

**O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL E O RENTA
DIGNIDAD NA BOLÍVIA:
UMA ANÁLISE DESDE A PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço de Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

BANCA EXAMINADORA

**Profª Mestre Mirella Farias Rocha
Departamento de Serviço Social - UFSC
Presidente**

**Profª Doutora Beatriz Augusto Paiva
Departamento de Serviço Social - UFSC
1ª Examinadora**

**Profª Mestre Fiorella Macchiavello
Sociesc – Universidade ÚNICA
2ª Examinadora**

**FLORIANOPOLIS
2010**

Agradecimentos

Aos meus pais e irmão, por acreditar, se dedicar e se preocupar tanto durante todo o processo da graduação. Pelo socorro que sempre veio, sem pestanejar, nas horas mais difíceis, mas também pelo sorriso na hora de compartilhar os bons momentos. E sinto que apesar de todas as contradições que uma família possa comportar, sem o apoio de vocês nada disso teria sido possível. Para vocês, o obrigada mais cheio de amor do mundo.

As minhas meninas – Cal, Andressa, Dani, Mirian e Larissa – por serem a minha grande descoberta, meus tesouros. Por terem compartilhado, certamente, alguns dos melhores anos da minha existência. Anos cheios de alegrias, de tensões, de descobertas e confissões sem fim. Dizem por aí que amor verdadeiro, mesmo que de amizade, a gente reconhece. Pois bem, eu as reconheci e não deixei que escapassem. *E aonde quer que eu vá, levo vocês...*

A Dressa, a melhor amiga que alguém poderia ter, a irmã que nunca tive. Aquela que conheci aos sete anos de idade e até hoje me acompanha, ainda que de longe.

Ao Gabriel, que chegou e ocupou uma parte importante na minha vida. Obrigada pelo amor e paciência dedicados nesses últimos dois anos e, especialmente, nas últimas semanas, quando o TCC consumiu boa parte do meu tempo. Amo você.

À prof^a Beatriz, pela oportunidade acima de tudo e por me guiar até onde estou hoje. Aliás, sinto que meu lugar nessa universidade não poderia ter sido outro. Obrigada pela paciência e compreensão nesses dois últimos anos. E por tratar todas nós muito mais como amigas do que simplesmente alunas.

As Pepis, Mi e Dil, por terem se tornado tão imprescindíveis nessa trajetória, ou melhor, na minha vida. Amigas que me ensinaram muito, principalmente sobre a necessidade de construir novas formas de se relacionar com base na sociedade que tanto almejamos. Vocês são lindas e moram no meu coração.

Aos amigos e companheiros do grupo Aurora Estudantil, por acreditarem naquilo que fazem e por demonstrarem isso dia a dia. Juntos aprendemos que *o azul continuará cinzento enquanto não for reinventado.*

Dedico este trabalho também aos amigos e companheiros do grupo Boas Novas, Canto Geral e Rosa dos Ventos, por me fazerem crer que o novo é a gente quem faz. Por me ensinarem uma das lições mais valiosas: que a luta pode ser feita com amor e alegria. E sabem, Brecht tinha razão quando disse *não se tira nada de nada, o novo vem do antigo, mas nem por isso deixa de ser menos novo*.

A Belinha, por entender o valor das amizades e pela maturidade política admirável.

A Géssica, a pequena aqui de casa, por ser tão especial e pessoa de coração imenso.

Ao Airton, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, por compreender que os prazos do CNPq nem sempre estão de acordo com o ritmo de vida da graduação.

E por fim, ao IELA e a todos que o integram, por compartilharem cotidianamente um pouco da solidão da América Latina.

Não ser devorado é o sentimento mais perfeito.
Não ser devorado é o objetivo secreto de toda uma
vida.

Clarice Lispector, do conto "A menor mulher do mundo"

Resumo

O presente trabalho constitui-se em uma investigação acerca do direito ao Benefício de Prestação Continuada no Brasil e do Renta Dignidad na Bolívia, respectivamente, que compõem a proteção social não contributiva. Nosso objetivo, para além de expor os avanços e desafios de cada benefício, consiste em estabelecer uma análise dos mesmos a partir do terreno concreto da luta de classes, situando-os na conjuntura mais ampla da América Latina e, especificamente, na conjuntura Brasil-Bolívia no século XXI. Para tanto, o referencial teórico-metodológico procedeu da perspectiva dialética-materialista por considerar a historicidade e totalidade dos fenômenos sociais. O caminho desenvolvido passa pela compreensão das principais categorias de análise: trabalho, Estado e política social na América Latina; pelo delineamento histórico do Brasil e da Bolívia e a construção do direito ao BPC e Renta Dignidad, explicitando seus principais aspectos. Este estudo parte do pressuposto de que as políticas públicas sociais, bem como os benefícios aqui tratados, apresentam um caráter contraditório que determina sua existência. Ora funcionam como mecanismo do Estado para acomodar conflitos, ora resultam da luta de classes em seu movimento pela disputa do excedente produzido coletivamente. Destacamos ainda que apesar dos entraves encontrados em cada benefício, é preciso considerar sua relevância, dada as especificidades que comporta o continente latino-americano, especialmente com relação às formas que assume o trabalho aqui, seu alto grau de informalidade e o contingente de pessoas na condição de desemprego.

Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada, Renta Dignidad, políticas sociais, dependência, América Latina.

Sumário

Introdução.....	12
Metodologia.....	14
1. A Perspectiva Latino-americana: Trabalho, Estado e Política Social a partir do mundo periférico.....	16
2. Brasil e Bolívia: A História e Seus Determinantes.....	26
2.1 Dos Brasis de Darcy Ribeiro ao Brasil de Lula.....	26
2.2 Bolívia: o país de Bolívar e a formação do Estado nacional até a era Morales.....	42
3. A Construção do Benefício de Prestação Continuada no Brasil e do Renta Dignidad na Bolívia.....	54
3.1 Sobre o BPC.....	54
3.2 Sobre o Renta Dignidad	65
Considerações Finais.....	72
Referências.....	75

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – Distribuições Regionais da População Idosa segundo Critérios Selecionados para o Brasil em 2005	65
TABELA 2 – Relatório dos dados gerais do Brasil e repasse financeiro dos principais programas de Transferência de Renda, Assistência Social e Segurança Alimentar	66
TABELA 3 – Pesquisa Trimestral de Emprego.....	76
TABELA 4 – Distribuição do Renda Dignidad de acordo com os departamentos.....	77

LISTA DE ABREVIações

ALN – Aliança Libertadora Nacional

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BM – Banco Mundial

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

COB – Central Obrera Boliviana

EUA – Estados Unidos da América

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FCC – Fundo de Capitalização Coletiva

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSB – Falange Socialista Boliviana

IDH – Imposto Direto dos Hidrocarbonetos

IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MAS – Movimento ao Socialismo

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

OBESS – Observatório Boliviano de Emprego e Seguridade Social

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PIR – Partido de Esquerda Revolucionária

POR – Partido Operário Revolucionário

POC – Partido Operário Comunista

PT – Partido dos Trabalhadores

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PIB – Produto Interno Bruto

RMV – Renda Mensal Vitalícia

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TGN – Tesouro Geral da Nação

UDN – União Democrática Nacional

INTRODUÇÃO

O estudo que se pretende realizar aqui com relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), no Brasil, e do Renta Dignidad, na Bolívia, não foi escolhido ou determinado de forma aleatória.

A opção por pesquisar o BPC e o Renta Dignidad, benefícios que compõem a proteção social não-contributiva, objetiva situar a construção do direito socioassistencial no terreno concreto da luta de classes e, especificamente, no que se refere ao direito de renda básica de cidadania na América Latina.

Assim, o trabalho buscará expor como se deu o processo pela conquista do Benefício de Prestação Continuada e do Renta Dignidad, em seus respectivos países e seus marcos regulatórios, ou seja, evidenciar o caráter e as principais características, levando em consideração a processualidade histórica como peça fundamental para a estruturação destes benefícios.

A necessidade desse estudo é decorrente das construções e análises que desenvolvemos a partir da inserção como pesquisadoras no âmbito do Instituto de Estudos Latino-Americanos – IELA – da Universidade Federal de Santa Catarina, ao qual integram também alunos e professores do curso de Serviço Social. As investigações no âmbito geral do IELA buscam compreender as transformações econômicas, políticas e sociais na América Latina, privilegiando uma perspectiva crítica e consistente frente as suas atividades científicas, políticas e de extensão.

Tal posição origina-se a partir do entendimento de que a América Latina se constitui numa região peculiar dentro do modo de produção capitalista, isto é, carrega, desde sua condição de colônia, traços de dominação e de exploração, tornando-se uma região dependente dos países considerados centrais. Para Dieterich (1999) esta dependência neocolonial determina não somente as questões econômicas e políticas de nossa sociedade, mas também as científicas e culturais. Dessa forma, a originalidade da proposta do IELA objetiva, entre outras coisas, a descolonização do pensamento que assola fortemente não apenas as universidades, mas a maioria das instituições de ensino em todo continente.

No âmbito específico do Serviço Social, as investigações neste núcleo se concentram, principalmente, no campo das políticas sociais. Em consonância com o caráter de dependência econômica estabelecido entre países periféricos na relação

com os países centrais, como já aludido anteriormente, e com base em uma visão histórica, entendemos que a conformação das políticas sociais na América Latina segue uma lógica peculiar, referida a importância do terreno concreto da luta de classes na disputa pelo excedente expropriado das massas trabalhadoras e superexploradas – tema que abordaremos no decorrer do trabalho.

O Trabalho de Conclusão de Curso, portanto, será ordenado em três capítulos: 1) A Perspectiva Latino-Americana: Trabalho, Estado e Política Social no mundo periférico. É neste espaço em que serão abordadas as concepções e fundamentações teóricas que irão oferecer os sustentáculos à pesquisa. Falar de política social exige, necessariamente, um posicionamento político por parte de quem irá analisá-la e será neste primeiro momento que as principais categorias de análise serão explicitadas. 2) A História e seus Determinantes. Para além de análises a-históricas ou mesmo funcionalistas, o trabalho irá privilegiar a história dos países em questão como ferramenta imprescindível para o entendimento da realidade concreta, bem como para a estruturação dos benefícios socioassistenciais em tela. A reconstrução histórica, no entanto, não se resume a mera sucessão de fatos isolados ao longo dos anos, será estruturada a partir de seu potencial dialético, haja vista consideramos as disputas imanentes da luta de classes, as contradições e suas sínteses históricas. 3) A construção do Benefício de Prestação Continuada no Brasil e do Renta Dignidad na Bolívia. É no terceiro capítulo que as principais características desses programas serão abordadas, como o processo de implantação, as legislações vigentes e bases de financiamento. Porém, o capítulo em questão não assumirá somente um caráter descritivo dos programas. Aqui serão feitas as análises de acordo com o caminho metodológico escolhido - o materialismo-histórico – visualizando tais programas como parte da luta pelo excedente produzido coletivamente.

Vale destacar, finalmente, que esta proposta é produto e continuidade dos estudos que desenvolvemos por meio do projeto de pesquisa “Família e Participação Popular: Antinomias dos modelos de Proteção Social na América Latina”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Beatriz Augusto de Paiva, no qual estudantes de graduação e pós-graduação do curso de Serviço Social estiveram envolvidos, juntamente com o IELA.

Metodologia

O plano metodológico dessa investigação possui uma pretensão: desenvolver categorias de análise baseadas na realidade concreta da América Latina. A aspiração que carregamos, contudo, não se apresenta como algo novo - apesar de manter sua originalidade - ela data de décadas e até mesmo séculos; é a intenção de promover a autonomia diante daquilo que não nos contempla, que não é capaz de nos explicar com bases no movimento real no qual estamos inseridos.

A partir desse entendimento, priorizamos a análise dialético-materialista como eixo central das análises, por considerar sua perspectiva de classe e estar fundada *num arsenal heurístico capaz de dar conta da processualidade específica do ser social próprio à sociedade burguesa*¹.

Assim, nosso ponto de partida se dá com a reconstrução do concreto real/pensado, com base na representação da realidade, que corresponde ao movimento em direção ao concreto pensado. Abstraindo as partes, visa, portanto, refletir criticamente os eixos estruturantes da política de assistência social no continente latino-americano, especificamente no Brasil e na Bolívia, numa perspectiva histórica.

Tal método, ainda, situa e analisa os fenômenos sociais em seu contraditório e complexo processo de produção e reprodução, frente às múltiplas causas que os determinam, numa perspectiva estrutural, o que significa analisá-los inseridos na totalidade concreta. Nos termos de Marx e Engels (2007):

Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observado, sob determinadas condições. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94)

Em consonância com o método proposto por Marx, nossa intenção é a de fomentar a *latinoamericanização* do debate nas Ciências Sociais, num sentido contrário às vertentes positivistas e modernas que se encontram fragmentadas, além de, não raro, seguirem padrões importados demais para pensar a dinâmica de

¹ Considerações de Netto (2009) a respeito dos vetores que encontram-se ausentes na constituição da tradição positivista e das ciências sociais.

nossas sociedades. Mas, afinal, o que isto significa? Paiva e Ouriques (2006) consideram que a perspectiva latino-americana pretende demonstrar as razões pelas quais os modelos teóricos e os arranjos institucionais de políticas públicas que tentem transpor o modelo social europeu, ignorando seu lugar no tempo, no espaço e na história, serão sempre insuficientes na explicação e no enfrentamento da questão social nos países latino-americanos. Neles a realidade periférica e dependente, nos marcos da modernização capitalista em escala global, origina padrões e regulações bastante distintas dos países centrais, distinção esta que repõem em escala ampliada as contradições da sociedade de classes e, nessa medida, obstáculos e desafios ímpares na luta por direitos sociais (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Relativo aos procedimentos metodológicos da pesquisa, seguiremos por dois planos analíticos distintos e complementares: i) fazer um levantamento bibliográfico dos autores latino-americanos que contribuam com o deciframento dos parâmetros históricos, políticos e econômicos das políticas sociais, tendo em vista o reconhecimento das especificidades e potencialidades em curso em cada país estudado. Ademais, contaremos com o aporte dos documentos oficiais e legislações que subsidiam a política de assistência social em cada programa selecionado, no sentido de mapear as bases políticas nas quais se processam os direitos sociais em cada contexto, destacando-se: a regulamentação do sistema de direitos sociais; a abrangência da proteção social pública; a relação público-privado; os critérios de acessibilidade e de cobertura; e o processo de participação popular. ii) análise relativa à composição dos gastos sociais do programa BPC e Renda Dignidad, atentando para a lógica político-econômica de financiamento das políticas públicas sociais como um todo.

1. A PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA: TRABALHO, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NO MUNDO PERIFÉRICO

Os programas socioassistenciais que este estudo pretende investigar – o BPC e o Renda Dignidad – estão inseridos em contextos muito distintos no que concerne ao Estado ao qual pertencem, ao poder econômico de cada país, extensão territorial, formação cultural, consciência/trajetória política dos povos, entre outros aspectos. Todavia, para os fins deste trabalho cabe assinalar que a região do continente em que o Brasil e a Bolívia se inserem possui uma característica comum e intrínseca não somente nestes dois países, mas, essencialmente, da quase totalidade dos países latino-americanos. Estamos falando do caráter de dependência econômica, política e social do Brasil e da Bolívia com relação aos países do centro do modo de produção capitalista.

O entendimento desse aspecto na presente seção é fundamental para uma compreensão das políticas públicas sociais nestes países e, posteriormente, de modo mais específico, dos benefícios que serão tratados.

Os estudos sobre a questão da dependência latino-americana surgiram na década de 60 como uma alternativa de interpretação da dinâmica social da América Latina, em contraponto ao nacional-desenvolvimentismo autoritário da ditadura militar. A teoria da dependência foi para a época, não apenas para brasileiros, mas para diversos pensadores latino-americanos, um método analítico crítico que identificava no desenvolvimentismo e nos estudos da CEPAL diversas deficiências. Marini (1992) lembra que as manifestações teóricas originadas nesse período em torno da teoria da dependência não se constituíram em mera resposta ao desenvolvimentismo, mas foram, acima de tudo, resultado das lutas e discussões ocorridas no interior da esquerda.

Dentre os inúmeros autores que se dedicaram aos estudos sobre dependência no Brasil podemos citar André Gunder Frank, Florestan Fernandes, Teothônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, como também Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, entre outros. Há, contudo, diferenças abismais entre os primeiros pensadores com relação ao segundo grupo de autores. O que diferencia basicamente o primeiro do segundo

grupo de pensadores é a escolha do instrumental teórico e metodológico. Em geral, o segundo grupo é reconhecido pela forte influência de autores não-marxistas e principalmente norte-americanos, muitas vezes para legitimar a hegemonia nacional burguesa.

Já o primeiro grupo de pensadores, distingue-se pela radicalidade metodológica, utilizando essencialmente os preceitos de Marx para explicar a dependência latino-americana. Nessa linha, acredita-se que não é possível um real desenvolvimento para a América Latina dentro do atual modo de acumulação capitalista, nesse caso, a condição de dependência geraria uma maior dependência e essa relação só poderia ser modificada com a supressão das relações de produção nela envolvida.

De acordo com nossa opção metodológica a teoria da dependência, enquanto método analítico para explicar as sociedades latino-americanas, será apreendida, fundamentalmente, segundo análises materialista-históricas e dialéticas, ou seja, tentar-se-á decifrar a realidade por meio de uma visão de totalidade.

Mas afinal, o que entende-se pelo caráter de dependência? Para responder a essa questão de maneira sucinta podemos recorrer ao pensador social e militante político Ruy Mauro Marini, em seu trabalho “Dialética da dependência”. Marini (2005) aponta para a divisão internacional do trabalho como ponto primordial para a definição das relações entre a América Latina e os centros capitalistas europeu:

É a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2005, p. 141).

Temos, então, os principais elementos que configuram o caráter de dependência: i) sua demarcação histórica propriamente dita - com a divisão internacional do trabalho, ii) uma relação de subordinação entre nações pertencentes a um mesmo sistema de produção e iii) a reprodução ampliada dessa condição.

Embora haja um debate com relação à diferença entre o que seria situação colonial e dependência², não estará entre nossos objetivos fazer essa diferenciação. Cabe-nos, contudo, esclarecer as origens de cada acontecimento.

A situação colonial refere-se ao período demarcado pela chegada dos colonizadores até a independência formal e política dos países do continente com relação as suas respectivas cortes. Após o término deste período, inúmeros autores passaram a descrevê-lo como neocolonial, por observarem uma espécie de continuidade entre as relações existentes entre os novos Estados nação e as coroas as quais se atrelavam anteriormente. O porquê deste processo, praticamente ininterrupto, possui fatores estruturais ou históricos, segundo Florestan Fernandes. Para o autor, neste curto período os países dominantes possuíam apenas o controle de mercado dos processos econômicos, o que poderia se denominar, *stricto sensu*, de neocolonialismo.

A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que de imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. De fato, os “produtores” de bens primários podiam absorver pelo menos parte do *quantum* que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas “economias coloniais” recebiam o primeiro impulso para a internacionalização de um mercado capitalista moderno (...). O esforço necessário para alterar toda a infra-estrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial (FERNANDES, 1975, p. 15-16)

Ao considerar as transformações ocorridas no modo de produção capitalista, mais especificamente no curso do século XIX, Marini (2005) elucida que é, principalmente, depois de 1840 que a articulação da América Latina com a economia mundial se realiza plenamente, isto é, o surgimento da grande indústria possibilitou um real estabelecimento da divisão internacional do trabalho.

² O debate em questão refere-se às diferenciações teóricas existentes, principalmente, entre os pensadores Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank, em que o primeiro afirma, a *situação colonial não é mesmo que a situação de dependência*, opondo-se, nesse aspecto, ao trabalho de Frank. Nas palavras de Marini: Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; como bem afirmou Canguilhem, “o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento”. A dificuldade de análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade (MARINI, 2005, p. 141).

Para os que acreditam na revolução industrial como uma façanha de exclusividade dos países desenvolvidos, cabe destacar que o papel da América Latina e Caribe nesse processo foi fundamental para a criação e o desenvolvimento da grande indústria, embora não recebam o devido mérito. Os negros escravos comercializados na África e o cultivo de matérias-primas nas colônias do continente foram, na verdade, o que impulsionaram o comércio, a manufatura e a indústria em geral na Europa. Eric Williams (1975) descreve de forma detalhada e brilhante, em seu livro “Capitalismo e Escravidão”, como a escravidão negra e o tráfico de negros contribuíram para o financiamento da Revolução Industrial na Inglaterra, bem como no restante dos países europeus:

O comércio triangular³ proporcionava assim um estímulo triplo à indústria britânica. Os negros eram adquiridos com artigos manufaturados britânicos; transportados para as plantações, produziam açúcar, algodão, anil, melão e outros produtos tropicais, cujo beneficiamento criava novas indústrias na Inglaterra [...] **Por volta de 1750, quase não havia cidade comercial ou manufatureira na Inglaterra que não estivesse ligada de alguma forma ao comércio triangular ou colonial direto. Os lucros obtidos forneceram um dos principais fluxos dessa acumulação de capital na Inglaterra que financiou a Revolução Industrial** (WILLIAMS, 1975, p. 58, grifo nosso).

Não restam dúvidas de que o fornecimento de matérias-primas iniciado desde a era colonial não apenas impulsionou o desenvolvimento da indústria na Europa, como também estabeleceu uma dinâmica própria no relacionamento entre o que na época eram as colônias e os países mais desenvolvidos.

A relação era basicamente caracterizada de acordo com o seguinte ciclo: o fornecimento de matérias-primas pelas colônias, seguida pelo transporte e transformação das matérias brutas em produtos comercializáveis no interior das metrópoles e, finalmente, distribuídos para o restante do mundo por preços mais elevados. Para exemplificar de forma clara essa relação, basta olharmos para o processo de produção do açúcar. Primeiro, a cana-de-açúcar era cultivada em grandes extensões de terra nas colônias, em que o trabalho era realizado pela mão-de-obra escrava – seja dos originários, seja dos escravos negros. Segundo, o açúcar mascavo bruto, originado nas plantações, era conduzido até as metrópoles

³ O comércio triangular era representado pela Europa, África e Índias Ocidentais. A Europa entrava com as exportações e os navios, a África com a mercadoria humana e as colônias com a matéria-prima.

onde só assim passava pelo processo de refinamento. O açúcar, no entanto, é apenas o exemplo mais tradicional que representa este ciclo, dada a importância que adquiriu no século XVIII. O que importa salientar nesse caso é o que o refinamento do açúcar, feito fora dos domínios coloniais, representava.

Ora, se o refinamento do açúcar era feito somente no continente europeu, bem como a fabricação de outros produtos como tecidos e ferro, então era ali que a indústria encontraria terreno para se desenvolver primeiro e onde haveria uma maior absorção da força de trabalho. São inegáveis e imprescindíveis as contribuições da América Latina neste processo, especialmente, com relação ao financiamento da industrialização na Europa, embora se costume remetê-la a um papel coadjuvante neste processo histórico.

A partir do processo que pretendemos desvelar, cabe considerar que os países latino-americanos para além de garantir uma *mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais*, contribuíram para a passagem de um novo momento dentro do modo de produção, qual seja o deslocamento da produção da mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa. Marini (2005) explica que esta mudança significou que a acumulação passaria a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que apenas da exploração do trabalhador. Nessa passagem da produção de mais-valia absoluta para a de mais-relativa está a essência da contradição da dependência latino-americana, tendo em vista que, apesar da contribuição nessa mudança qualitativa nos países industriais, o desenvolvimento da produção na América Latina continuará, a partir daí, ocorrendo com base em uma maior exploração do trabalhador.

O entendimento dessa contraditória relação entre nações distintas dentro do modo de produção capitalista é fundamental dentro de uma análise que se propõe a pensar a partir das próprias raízes, visto que é nessa relação de subordinação, de desigualdade, em que se produz e reproduz a crescente pobreza na América Latina, juntamente com todas as mazelas que compõem a *questão social* – foco de intervenção do Serviço Social.

Explicamos, então, de que forma esse fenômeno ocorre efetivamente. Na medida em que as nações inseridas nesse modo de produção interagem por meio do comércio internacional, com o intuito de estabelecer uma relação de troca entre

seus produtos, parte-se do pressuposto de que a troca deve ser, necessariamente, uma troca de equivalentes, conforme bem explicitou Marx em sua teoria. Há, no entanto, e como assinala Marini (2005), mecanismos capazes de realizar essa transferência de valor, passando por cima das leis de troca, fazendo com que transações entre mercadorias diferentes – no caso entre manufaturas e produtos primários – sejam feitas de maneira desigual.

[...] o mero fato de que umas (nações) produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um troca desigual. (MARINI, 2005, p. 152).

Embora essa relação apareça de forma ocultada para os países menos favorecidos e não provoque queda dos lucros para seus capitalistas, existe, ainda, o que podemos denominar de *mecanismo de compensação*. É a partir deste momento que ficará evidente a contradição imanente da dependência latino-americana, que encontrará no aumento da exploração da força de trabalho seus alicerces para compensar essa troca desigual.

Se para os países industriais, considerados o centro do modo de produção, o aumento da produção de valor está muito mais relacionada ao aumento da capacidade produtiva do trabalho; nos países periféricos a estratégia é inversa: aqui, busca-se compensar a perda de mais-valia resultante das relações internacionais de mercado por meio da produção interna. Isto significa que, ao invés dos capitalistas tentarem compensar tal perda de mais-valia sobre um aumento da produtividade do trabalho, optam pelo aumento da intensidade do trabalho em si, “obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva” (Marini, 2005).

O fenômeno que adota o aumento da exploração do trabalhador na América Latina é chamado de *superexploração do trabalho*. Esta é, para além de uma estratégia empregada pela burguesia nacional, antes de tudo, a forma de organização do capitalismo em si mesmo. Corresponde a uma espécie de função que os países dependentes assumem (embora não só eles) para garantir a manutenção de supracitado sistema. Ademais, esse modo de produção, cuja característica está, essencialmente, em uma maior exploração do trabalhador agrega três mecanismos básicos para sua operação, são eles: a intensificação do

trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho (MARINI, 2005, p. 156).

Os três mecanismos apontados por Marini merecem especial atenção de nossa parte. Isto porque suas conseqüências encontram vínculo direto com a chamada *questão social*. Ainda segundo o autor, nos dois primeiros casos, o trabalhador é obrigado a despende um esforço maior do que o normal, provocando, assim, seu desgaste prematuro. No terceiro caso a situação encontra um agravante, pois, além de haver um dispêndio excessivo da força de trabalho, são negadas ao trabalhador a possibilidade de consumir o estritamente necessário para repor as forças gastas naquela atividade.

Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2005, p. 157).

Considerar esses mecanismos significa apreender as implicações que a reestruturação produtiva em escala mundial trouxe para o cotidiano da classe trabalhadora, seja ela formal, informal ou aquela imensa parcela que sobrevive imersa ao exército industrial de reserva. As contradições mais profundas geradas a partir da relação entre capital e trabalho, como o desemprego, a pobreza, o não atendimento das necessidades humanas básicas, de longe não estiveram em pauta para serem solucionadas. Pelo contrário,

Os governos neoliberais se basearam nessas condições para levar a cabo o processo de privatização, a abertura externa, a contração do gasto social em serviços como educação, saúde, bem-estar, moradia, recreação, alimentos etc. Assim, favoreceu-se a acumulação e centralização do capital para defender a taxa de lucro, não obstante o aumento da degradação e precarização do trabalho na América Latina. (VALENCIA, 2009, p. 139-140).

São por estas razões que mencionar a centralidade que o trabalho assume está longe de ser um argumento ultrapassado, merece, sim, ocupar um lugar de destaque no debate contemporâneo sobre o tema, principalmente considerando a conjuntura atual. Vivemos um período em que os esforços, tanto no nível financeiro como governamental, encontram-se direcionados para uma crescente mundialização da economia. Tal posição é adotada pela ampla maioria dos países capitalistas, estejam eles no centro ou na periferia, seguindo constantemente os ditames das

agências internacionais (do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial) para permitir que esse estágio do capital se efetive em sua plenitude. O que envolve esse modo de acumulação e que nos interessa diretamente são os *inéditos processos sociais* que permeiam a economia e a sociedade, a política e a cultura, como destaca Iamamoto (2008). Ao interferir nas formas de sociabilidade, as relações não apenas reproduzem-se, são produzidas e reproduzidas sob novas formas. Assim ocorre também com os processos vinculados ao trabalho⁴.

Ao tratar da questão do trabalho, evidentemente não podemos nos afastar da dimensão de totalidade na qual todos os processos até aqui desvelados encontram conexão entre si. Quando abordamos a *questão social*⁵, como foco de estudo e intervenção do Serviço Social, é indispensável que a mesma seja remetida, portanto, à relação capital/trabalho.

É fato que a categoria *questão social* engloba um debate heterogêneo, que vai de Robert Castel e Pierre Rosanvallon até os pensadores contemporâneos mais críticos. Para os fins deste estudo, a chamada *questão social* é considerada parte das relações sociais imanentes do modo de produção capitalista, das transformações ocorridas no mundo do trabalho e, assim, *situada em um terreno de disputa das classes sociais e de seus projetos societários antagônicos*.

A *questão social* - fruto das contradições e antagonismos presentes na forma como a sociedade se produz e reproduz - assume um lugar de destaque na agenda governamental por meio das políticas sociais⁶. Diante do aprofundamento de suas expressões percebe-se a necessidade de um maior “cuidado” para com a *questão social*; é a forma que esse “cuidado” toma por parte do Estado e,

⁴ Marilda Vilela Iamamoto, em sua recente obra *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*, discute inclusive como o trabalho é afetado diante do processo de mundialização do capital: “O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu inverso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas –, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação”. (IAMAMOTO, 2008, p. 107).

⁵ Segundo Netto (2004) o pensamento revolucionário identifica na expressão ‘*questão social*’ uma tergiversação conservadora, na medida em que o discurso dominante que prega o cuidado com as manifestações da ‘*questão social*’ é desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida. Em virtude desse traço mistificador da expressão, como o autor, sempre que nos referirmos ao fenômeno utilizaremos aspas ou grifo.

⁶ Aqui cabe uma importante observação sobre a intervenção do Estado diante da *questão social*: não é apenas o fato desta ter se aprofundado de tal forma que fez com que o Estado se mobilizasse para suprimi-la; de acordo com a análise de Netto (2009) “é só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo de forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais*.”

consequentemente, nas políticas sociais que nos interessa para uma análise do direito à renda básica e dos programas BPC e Renda Dignidad.

Através das políticas sociais, a *questão social*, contudo, não é encarada como parte de um processo totalizante, mas sim, de maneira fragmentada, fracionada. Suas expressões como o desemprego, a violência, o não acesso aos bens e serviços básicos são comumente tratados como fenômenos à parte da teia de relações que compõem a dinâmica da sociedade. O autor José Paulo Netto (2009) desmistifica esse fato afirmando:

E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa [...] o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; *trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa.* (NETTO, 2009, p. 32 e 155).

A compreensão destes elementos acerca da *questão social* é fundamental para a categoria dos assistentes sociais, não apenas porque a mesma historicamente tornou-se o foco de intervenção da profissão, mas, inclusive, porque as políticas sociais, como principal mecanismo engendrado pelo Estado Capitalista Monopolista para responder as contradições próprias da luta de classe, é espaço privilegiado do Serviço Social na atualidade.

Nesse sentido, cabe referenciar a perspectiva de análise a partir da qual compreendemos a política social, considerando sua condição paradoxal: por um lado, esta apresenta-se como mecanismo de um Estado burguês para sanar conflitos ao mesmo tempo que produz e reproduz as relações típicas dessa sociedade; por outro lado, são resultado direto da luta de classes em seu movimento pela disputa do excedente produzido coletivamente e das lutas sociais pela conquista de direitos. Ouriques e Paiva (2006) expressam essa condição contraditória na seguinte citação:

O primeiro registro histórico-conceitual a ser proposto é a compreensão de que as políticas sociais – conforme uma das formas típicas de intervenção estatal – são originárias não só das transformações determinadas geneticamente no trânsito da fase concorrencial do capitalismo à fase monopolista, ocorrido na passagem do século XIX para o XX, mas, também – em estreita relação com isso – pela dinâmica das lutas políticas

que se expressam nos processos de ampliação dos direitos sociais. [...] A captura da luta de classes pela lógica dos ganhos legais no campo das políticas sociais é fruto, portanto, de um incipiente estágio da luta de classes, que precisa ser reconhecido como tal, ainda que a consciência liberal que domina os intelectuais e parte importante dos movimentos sociais tente escamotear tal renúncia como uma conquista da cidadania. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 167)

Em nenhum lugar, seja no centro ou na periferia, as políticas sociais podem ser consideradas como benesse de um Estado; as conquistas no campo social obedecem a um complexo jogo democrático, ora beneficiando a classe dominante (na medida em que acomoda conflitos e contribui com a reprodução da força de trabalho), ora atendendo às necessidades mais básicas e urgentes daquela parcela da população que depende de benefícios e programas públicos.

2. BRASIL E BOLÍVIA: A HISTÓRIA E SEUS DETERMINANTES

As políticas públicas sociais, mais especificamente as políticas de assistência social das quais o presente estudo pretende analisar, inserem-se no padrão de desenvolvimento capitalista e dependente, conforme tratado no capítulo anterior. Assim, as políticas sociais nos países de ordem capitalista tendem a seguir a mesma lógica de exploração e reprodução das relações contraditórias que esse modo de produção encerra.

Apesar de os países latino-americanos estarem igualmente submetidos a essa mesma lógica de desenvolvimento econômico, político e social; cabe destacar que cada país resulta de diferentes processos dentro de sua particular linha histórico-temporal. A conformação de cada contexto nacional depende diretamente, inclusive, da correlação de forças sociais e da luta de classes travadas entre si e o Estado e as conseqüências decorrentes desse embate.

Dessa forma, o segundo capítulo deste trabalho pretende tratar da contextualização histórica do Brasil e da Bolívia. É a utilização da história enquanto ferramenta necessária para apreender e se aproximar da realidade em que vivem esses países. Assim, pretendemos obter os subsídios necessários para compreender o atual desenho das políticas socioassistenciais e estabelecer uma análise sólida sobre ambas as realidades.

2.1 DOS BRASIS DE DARCY RIBEIRO AO BRASIL DE LULA

O estado de dependência a qual estão submetidos os países latino-americanos - e aqui já nos referimos especificamente ao Brasil - teve seu início propriamente dito com a chegada dos europeus em solo brasileiro e a subsequente comercialização de matérias-primas (Pau-Brasil, cana-de-açúcar e agricultura em geral, metais preciosos etc.) após a ocupação efetiva do território entre os anos de 1530 e 1640.

Assim como ocorreu na Bolívia, os colonizadores recorreram inicialmente à mão-de-obra indígena para atuar na extração de minérios ou nas grandes lavouras. No Brasil, a prática de adotar o trabalho indígena se fez tão necessária na medida

em que se deu o advento da propriedade monocultural, ou seja, a partir do cultivo em grande escala de determinada cultura; o caso mais abundante nesse período foi a produção de cana-de-açúcar. Aí está a origem de um dos principais impasses ao qual o Brasil se submete desde este período até a contemporaneidade: a concentração de terras. Prado Júnior (1986) relata que “a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir.” A grande propriedade seria, portanto, o tipo de exportação agrária adotada no Brasil.

Não é preciso ser um grande estudioso da história brasileira para se dar conta de que os índios que aqui habitavam não iriam ceder ao trabalho pesado e forçoso que os colonizadores impunham. É verdade que nos primórdios da ocupação os originários, mais movidos pela curiosidade e por interesses, submetiam-se ao trabalho em troca de objetos de pouco valor. No entanto, o trabalho que inicialmente era eventual e nômade passou a ser sistematizado e obrigatório, fato que não teve boa aceitação entre as culturas locais.

Ora, se os indígenas não queriam aquele tipo de trabalho pelo bem, haveriam de querer pelo mal: do início das atividades de extração de matérias-primas ao trabalho escravo foi apenas um passo. Se por um lado os índios não se caracterizavam por ser uma mão-de-obra qualificada, por outro, o transporte do negro africano possuía um preço sempre altíssimo, além do mais, estima-se que apenas 50% dos negros trazidos da África chegavam vivos ao Brasil. Mas, independente destes fatores, a mão-de-obra indígena foi aos poucos sendo substituída pelos escravos negros e sua utilização iria até o final da era colonial. Assim, na medida em que os índios foram escasseando – diga-se de passagem, foram sendo dizimados; culturas inteiras eliminadas por conta dos incessantes embates entre originários e conquistadores – entram em cena os negros escravos, que de forma passiva passariam a dar suas contribuições à formação do Brasil contemporâneo. Darcy Ribeiro (1995) é enfático ao descrever a participação dos negros nesse processo, que certamente não converge com as formas habituais da chamada civilização ocidental:

Por mais que se forçasse um modelo ideal de europeidade, jamais se alcançou, nem mesmo se aproximou dele, porque pela natureza das coisas,

ele é inaplicável para feitorias ultramarinas destinadas a produzir gêneros exóticos de exportação e de valores pecuniários aqui auridos. Seu normal era aquela anomalia de uma comunidade cativa, que nem existia para si nem se regia por uma lei interna do desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que só vivia para outros e era dirigida por vontades e motivações externas, que o queriam degradar moralmente e desgastar fisicamente para usar seus membros homens como bestas de carga e as mulheres como fêmeas animais (RIBEIRO, 1995, p. 117).

Aqui, é importante ressaltarmos que apesar dos esforços decorridos dos colonizadores de - e como explicita Darcy Ribeiro - europeizar sua mais nova descoberta, em sua essência, a colônia brasileira servia basicamente para fornecer e abastecer ao comércio europeu com produtos oriundos da região tropical; essa será daqui por diante a função basilar da economia brasileira⁷. Isto é, a nossa economia “se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que, alias, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 41).

No que tange ao desprendimento jurídico-político da colônia com relação a Portugal, ou seja, à emancipação do Brasil enquanto nação independente cabe destacar que, a despeito do simbolismo e beleza que esse ato político possa carregar e levando em consideração sua relevância, tal fato não tornou este episódio menos contraditório e encoberto por interesses diversos. Enquanto no restante dos países colonizados da América Latina o processo de independência exigiu grandes esforços e lutas de seus sujeitos políticos, no Brasil, esse impasse foi resolvido por meio de um acordo⁸. Longe de deslegitimar os movimentos independentistas da época e a pressão que o descontentamento popular provocou diante da coroa, contudo, a independência foi proclamada pela pessoa de Dom Pedro I, também

⁷ O mesmo fenômeno, como pudemos concluir no capítulo anterior, será igualmente observado nas colônias restantes do continente latino-americano, por meio de sujeitos e processos distintos, porém compartilharão do mesmo caráter geral de colonização.

⁸ Celso Furtado, em seu livro *Formação econômica do Brasil*, analisa o porquê do processo independentista do Brasil ter adquirido peculiar característica no contexto latino-americano, isto é, “se a independência houvesse resultado de uma luta prolongada, dificilmente ter-se-ia preservado a unidade territorial, pois nenhuma das regiões do país dispunha de suficiente ascendência sobre as demais para impor a unidade. Os interesses regionais constituíam uma realidade muito mais palpável que a unidade nacional, a qual só começou realmente a existir quando se transferiu para o Rio o governo português. A luta ingente e inútil de Bolívar, para manter a unidade de Nova Granada, constitui um exemplo do difícil que é impor uma idéia que não encontra correspondência na realidade dos interesses dominantes” (FURTADO, 1987, p. 94).

identificado como o príncipe português que substituiria o Rei quando este decide regressar a Portugal.

A independência agora era fato consumado. Porém, a independência era um estado que fazia muito mais parte do imaginário da nação do que qualquer outra coisa; na prática, vimos a perpetuação da dependência econômica e política travestida com nova roupagem. Ou nas palavras de Fernandes (2007) “o que transcorreu, apenas, foi o desenvolvimento do capitalismo atrelado a antiga condição de país colonizado ou um desenvolvimento capitalista neocolonial”.

Após a conquista, surge a tarefa de construir uma nação próspera e autônoma; e eis que a questão da escravidão estava intimamente ligada com o desafio que seguia. O trabalho servil começava a aparecer como algo contraditório dentro da nova estrutura social, embora esse debate tenha demorado longos anos para amadurecer. O fato é que o trabalho escravo ainda se caracterizava como grande propulsor da economia brasileira, em que cerca de um terço da população da época estava inserida.

Foi em 1888 quando, finalmente, o trabalho escravo viu o seu fim. Este foi um dos primeiros passos na direção da quebra com o antigo sistema colonial, e que até hoje não foi totalmente superado. O término da escravidão foi, sem sombra de dúvidas, resultado de uma série de fatores inerentes à dinâmica interna do país, mas também próprios da conjuntura que se desenrolava em âmbito mundial. Rocha (2009) aponta, no que se refere aos fatores internos, a efervescência dos movimentos abolicionistas e dos setores progressistas organizados politicamente, e em diversas partes do território, contra o império português. Ainda, a que se levar em consideração o grau de desenvolvimento em que se encontrava o capitalismo industrial nesse momento, como parte dos fatores externos, cuja necessidade atual era investir em mão-de-obra assalariada com vistas a produzir e comprar seus produtos manufaturados.

É neste período da história do Brasil que entram em cena os trabalhadores imigrantes, oriundos de diversas partes do mundo, mas principalmente, do continente europeu. Os imigrantes em pouco tempo irão se constituir como protagonistas na economia em virtude do trabalho - agora assalariado - e concentrando-se visivelmente na região sul do país, caracterizada hoje por

paisagens de estilo europeu e por agregar uma população em sua grande maioria branca.

Até então o Brasil já havia sido impulsionado por três aristocracias; primeiro com os senhores de engenho, depois pelos grandes mineradores, agora era a vez dos produtores de café. Ao contrário do que foi o cultivo da cana-de-açúcar, as plantações de café, em decorrência do clima, desenvolveram-se na região mais ao sul do país. As condições eram bastante propícias: o clima era adequado, havia mão-de-obra disponível e grandes quantidades de terra, no auge da produtividade o Brasil chegou a deter cerca de três quartos da produção mundial de café.

De modo que a política cafeeira é considerada um marco na evolução da economia brasileira, é possível compreender o porquê das discrepantes realidades entre as distintas regiões do país, especialmente entre o norte e o sul. Furtado (1987) afirma que de norte a sul as formas de organização social sempre foram as mesmas, as classes dirigentes convergiam nas principais questões, entretanto, com o desenvolvimento da economia cafeeira, as diferenças começaram a se agravar. O sul passou a ter uma atenção administrativa considerável, os investimentos em políticas públicas como saúde, educação e a formação profissional, por exemplo, eram notadamente mais elevadas. Dessa forma, houve um contingente elevado de migrantes que se deslocavam da região norte para trabalhar nas lavouras cafeeiras juntamente com os imigrantes europeus. Assim, desde o princípio da formação econômica do Brasil, já era perceptível que aqui havia um contingente de mão-de-obra reserva, típico das economias dependentes.

Prado Júnior (1986) também discorre sobre a crescente industrialização nos grandes centros, como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e algumas regiões do norte e nordeste, onde a necessidade ocasional, derivada do estágio ao qual o capitalismo se encontrava, eram trabalhadores em larga escala, de fácil acesso e cujos salários fossem ponderados:

É este um dos aspectos mais progressistas, se não o maior deles, da nascente industrialização brasileira, pois permitirá entrosar no trabalho produtivo normal uma categoria importante da população que vivera até aí à margem dele. Apesar destes começos, a indústria brasileira não sairá tão cedo da sua mediocridade, e lutará com dificuldades que lhe limitam consideravelmente os horizontes. Também não resolvera por isso, de uma forma ampla, nenhuma das contradições e dos problemas econômicos e sociais do país. Todas as condições vigentes, a começar pelo próprio sistema fundamental da nossa organização econômica, conspiravam contra ela (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 198).

A passagem de Prado Júnior representa na verdade a origem do proletariado brasileiro, criado com fins de impulsionar a economia por meio do consumo (embora possuíssem baixos salários) e que, contraditoriamente, irão se definir justamente por não terem acesso aos bens que produziam. Além do mais, a situação era marcada pelo seu caráter progressista, porém a organização econômica encontrava-se presa aos moldes coloniais, em que a diversidade de produtos fabricados era pequena, o maquinário era obsoleto e o objetivo fundamental ainda era a exportação.

Paralelamente à implantação da industrialização, a economia do café se deparava com o excedente de mão-de-obra somado às extensas quantidades de terras, o que provocaria mais tarde a queda dos preços deste produto, causando uma forte crise interna. O início do século XX já trazia por si só rumores de ventos contrários, em virtude da I Guerra Mundial, ocorrida entre os anos de 1914 a 1918, instaurando instabilidade economia em praticamente todos os países, isso sem contar com a Grande Depressão, conhecida também como crise de 1929. Esse fenômeno foi capaz de influenciar o mundo inteiro – com exceção da União Soviética que na época vivia em regime socialista – mas especialmente os Estados Unidos, devido à quebra da Bolsa de Valores. No Brasil, as repercussões se estenderam para o ramo cafeeiro, que acumulou imensa quantidade do produto por não conseguir exportá-lo para os demais países também lançados à crise.

Eis que a história de nosso país a partir da grave instabilidade econômica e de um descontentamento quase geral da população irá entrar em um novo período. Estamos falando, pois, da Revolução de 1930, momento em que Getúlio Vargas passará a fazer parte do cenário político brasileiro até o ano de 1954. De acordo com Ribeiro (1985) na Revolução de 30, assim como ocorreu com a proclamação da República, as forças populares e as organizações de trabalhadores não tiveram qualquer papel no movimento revolucionário, somente mais tarde, quando estes se organizaram, houve mobilizações e formas de apoio. Dessa forma, a entrada de Getúlio Vargas à frente do país se deu por meio da Aliança Liberal, cujo discurso estava pautado em “uma contra-revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano e para a reconstrução nacional⁹”. Um dos principais

⁹ Citação extraída da obra de Darcy Ribeiro “**Aos Trancos e Barrancos; como o Brasil deu no que deu**”. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

objetivos de seu governo estava assentado no desmonte da estrutura de poder da República Velha, entretanto, o modelo getulista conduziria, no limite, a um capitalismo-de-estado, de postura nacionalista, frente às empresas estrangeiras, e paternalista em face do patronato rural e do proletariado urbano (RIBEIRO, 1985).

Chamado pelo povo apenas como Getúlio, sua forma de governar era também intitulada de populista, isso porque durante seu mandato foi responsável pela criação de diversas leis trabalhistas e, não raro, recorria ao aumento dos salários como forma de apaziguar os conflitos gerados entre classes.

Era de se esperar que um governo polêmico e cercado por tantas contradições pudesse gerar oposições. Podemos citar como a mais significativa em âmbito nacional a formação da Aliança Nacional Libertadora, sob a liderança de Luis Carlos Prestes e Miguel Costa. O discurso de Prestes – pessoa referência no interior desse movimento - conclamava o proletariado urbano, os trabalhadores do campo e as massas miseráveis do sertão a uma luta mais concreta, pois a Revolução de 30 não significaria nada caso não se lançasse contra o grande proprietário rural e o imperialismo norte-americano.

Foi assim que em 1937, diante, principalmente, da chamada ameaça comunista, que assombrava não apenas o Brasil, mas causava um ar de desconforto em várias partes do mundo, que Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo: historicamente, será por meio de golpes de estado que os governantes tentarão combater o fantasma do comunismo no continente. Esse novo momento, então, e de acordo com a análise de alguns autores, caracteriza-se por ser uma ditadura fascista, justamente por suprimir o sistema representativo e proibir as liberdades públicas, negando, inclusive, a formação de partidos políticos. Por outro lado, independente dos períodos nos quais esteve no poder, seja no Estado Novo ou no período subsequente, de 1951 a 1954, Vargas operou uma política nacional-desenvolvimentista, isto significa “desenvolver economicamente o país, diversificando atividades voltadas para o mercado interno e reduzindo a dependência frente ao comércio exterior” (BASTOS, 2006, p. 242).

Significa, inclusive, que neste período havia se estabelecido um conflito entre as elites dirigentes do país contra o próprio governo ao qual haviam apoiado diante do Estado Novo. Era fato que o estágio do capitalismo no Brasil nesse período propiciava fortemente à burguesia nacional, cujo objetivo estava em integrar a

economia do país aos interesses internacionais. Conforme aponta Marini (2000) deste período até a ditadura militar será possível observar inúmeras lutas políticas, em cuja raiz “encontramos o esforço da burguesia industrial para colocar ao seu serviço o aparato do Estado e os recursos econômicos disponíveis, rompendo, ou pelo menos transgredindo, com as regras do jogo que se haviam fixado em 1937” (MARINI, 2000, p.14 *apud* ROCHA, 2009, p. 98).

O último mandato de Getúlio, então, foi marcado por uma forte pressão internacional devido a sua postura nacionalista. Já não bastasse a mídia e o partido político UDN (União Democrática Nacional) exercendo uma campanha de oposição ferrenha ao atual governo, instaura-se desde já ares de que um golpe militar poderia ocorrer; junto a essa trama estava, e como não poderia faltar, a embaixada norte-americana prestando apoio abertamente.

Quando Getúlio decide *sair da vida para entrar na história*, como escreve ao final de sua carta testamento em 1954, representou senão uma vitória para as elites industriais, assim como para a oligarquia agroexportadora, que viram ascender no cenário presidencial a figura de Juscelino Kubitschek, governante entre os anos de 1956 a 1961. Em resumo, foi um governo marcado por uma política cujo apoio incondicional estava assentado à industrialização do país. Ademais, Rocha (2009) descreve com clareza a passagem de Kubitschek:

No campo da luta de classes, as contradições pertinentes ao modelo concentrador de terras e riquezas, e à priorização do capital estrangeiro tornavam-se evidentes. Nas cidades, a política econômica do governo privilegia uma intensificação do processo de acumulação do capital com impacto na expansão do exército industrial de reserva e na tendência descendente do poder de compra dos salários dos operários (ROCHA, 2009, p. 99).

Temos, na sequência, a candidatura de Jânio Quadros à presidência do Brasil. Apesar do alto grau de popularidade no qual foi eleito, ao longo de sua gestão Jânio Quadros foi capaz de provocar insatisfação e revolta nos mais diversos setores da sociedade. Rocha (2009), em sua dissertação de mestrado, analisa que este governo despertou o descontentamento tanto de comunistas como da extrema direita. Isso porque atuava de maneira bastante contraditória; “estabeleceu política externa de cooperação com países comunistas, determinou restrições aos investimentos externos, mas também reprimiu violentamente os movimentos

populares” (ROCHA, 2009, p. 100). Diante dessa situação, o presidente exime-se de seu cargo, em 1961, e assume seu vice-presidente, João Goulart.

Goulart atuou num curto espaço de tempo como presidente da república, mas nesse pouco tempo conseguiu deixar a direita do país estarelecida com seu governo de cunho reformista. Já no ano de 1962 legalizou a formação de sindicatos rurais, o que impulsionou a organização política em diversos setores do Brasil, além de opor-se à política norte-americana de invasão a Cuba. Houve uma greve geral e passeatas com o objetivo de apoiar o presidente em vigor em sua campanha pelas reformas. No ano seguinte, é aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, conferindo aos trabalhadores do campo sindicalização e direitos semelhantes aos dos trabalhadores urbanos. O resultado foi a radicalização das esquerdas e, por conseqüência, o aumento das investidas por parte dos Estados Unidos¹⁰ contra Jango.

Embora a conjuntura não expressasse ainda o que poderia se chamar de uma *situação pré-revolucionária* - já que nem mesmo João Goulart estava disposto a lançar-se em uma verdadeira revolução - o momento político proporcionava uma maior abertura para aqueles segmentos atrelados diretamente aos compromissos populares. Ainda assim, as reformas sociais propostas por Goulart e a tentativa de ruptura com a dependência externa brasileira somada a eminência da *ameaça comunista* resultou numa das passagens mais desprezíveis de nossa história, qual seja a ditadura militar.

Como veremos adiante, a Bolívia será igualmente marcada por golpes militares. É claro que as especificidades históricas de cada país influenciam e muito frente à acontecimentos de tamanha magnitude, como é o caso de uma ditadura militar. No entanto, há traços bastante comuns ao analisarmos os motivos que

¹⁰ “A pressão norte-americana contra a política nacionalista chega ao máximo com a visita de Robert Kennedy, irmão do presidente norte-americano, que vem reclamar a Jango contra o programa brasileiro de produção de aço para exportação, contra a aplicação da Lei de Remessa de Lucros aprovada pelo Congresso e contra a desapropriação das empresas ITT e da *Bond & Share* por Leonel Brizola. Nada conseguindo com as pressões e tendo esgotado as possibilidades de suborno através do IBAD, os norte-americanos partem para a conspiração descartada para derrubar o governo nacionalista. Nossa vitória abriria à América Latina o caminho legal de ruptura da dependência externa, que é a causa profunda do subdesenvolvimento. Nossa derrota consolida a hegemonia norte-americana e nos condena a seguir trotando no caminho da modernização reflexa ou atualização histórica que nos torna um complemento coetâneo, atrasado mas muito lucrativo das potências industriais”. Trecho extraído da obra de Darcy Ribeiro “**Aos Trancos e Barrancos; como o Brasil deu no que deu**”. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

induziram aos golpes militares no Brasil e na Bolívia; entre eles estão os fatores externos, isto é, as transformações decorridas do modo de produção capitalista na época e sua tendência a internacionalizar a economia, opondo-se a todo e qualquer Estado que apresentasse um programa mais nacionalista de governo. Além disso, em ambas as realidades as organizações de esquerda e os protagonistas políticos voltados às causas populares representavam um perigo crescente para se atingirem tais objetivos econômicos, defendidos, principalmente, pelos latifundiários e pelas elites nacionais. Netto (1991) ao discorrer sobre os aspectos que acabaram por configurar essa particularidade histórica no Brasil, também aborda a face econômica em tela, ou seja, a ditadura significaria

Em primeiro lugar, um traço econômico-social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v.g., as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados. (NETTO, 1991, p. 18).

O dia 01 de abril de 1964¹¹ dá início, portanto, a uma sucessão de cinco governos ditatoriais que irão se esforçar arduamente em nome da manutenção da ordem social e política interna e com o apoio incondicional dos norte-americanos para realizar tal tarefa. Assim, Jango é exilado no Uruguai e falece pouco mais de dez anos depois, na Argentina.

Enquanto isso, no Brasil, o decurso de militares ocorre da seguinte forma: primeiro, o general Humberto de Alencar Castelo Branco assume as rédeas do país até o ano de 1967. No período de 1967 até 1969 temos o também general Artur da Costa e Silva. Na sequência, vemos o general Emílio Médici, que atua até o ano de 1973. Por sua vez o general Ernesto Geisel assume a presidência no período de

¹¹ “A direita vai à guerra. Frente à maré montante do movimento pelas reformas de base e convencida de que não podia manter a velha ordem desigualitária através de eleições que perdia sucessivamente, a direita unificada contra o governo reformista do presidente João Goulart opta pela guerra civil. Procura e alcança, para isso, o apoio do governo norte-americano de Lyndon Johnson, que não só ordena a organização e o financiamento do golpe para derrubar Goulart, como admite que se chegue até a guerra civil, aceitando o risco de abrir, no Brasil, um novo Vietnã, pela invasão de nosso país, aqui, aos velhos aliados e aos gestores de suas empresas, cujos interesses estavam ameaçados”. (RIBEIRO, 1985).

1974 a 1979 e, finalmente, ocupando os últimos cinco anos do regime militar estava o general João Baptista Figueiredo, até o ano de 1985.

O regime militar, como bem sabemos, não resume-se a uma sucessão de generais que governavam pelo bem-estar e progresso da nação. Definitivamente, não. São destes longos vinte anos aos quais devemos nossas heranças históricas mais profundas; período produtor de uma série de transformações, não só econômicas, mas também – e tragicamente – políticas e sociais. A imposição de uma ditadura militar consistia em suma em estabelecer uma *contra-revolução*, cujo objetivo estava assentado em impedir qualquer força contrária à evolução do capitalismo dependente e do capital monopolista. Netto (1991) entende a idéia de *contra-revolução* como uma forma necessária de adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países às novas exigências de relacionamento dentro do modo de acumulação capitalista, com profundas tendências de internacionalização do capital; a partir desse ponto de vista era preciso, inclusive, imobilizar os protagonistas sociopolíticos dispostos a resistir e *dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo* (NETTO, 1991, p. 16). Nesse sentido, Fernandes (1986) afirma que de um modo geral na América Latina as classes burguesas dominantes são incapazes de conduzir revoluções cujo intuito seja a *transformação capitalista*.

A ditadura foi um meio de impedir que a revolução nacional e democrática interferisse “negativamente” (de uma *perspectiva burguesa*, ou seja, univocamente nacional e imperialista) na eclosão do capitalismo monopolista; manter o máximo de ditadura possível, quando esta poderia ser reduzida a pó de traque é, por sua vez, uma forma de “assegurar” a revolução nacional e democrática montante, de garantir ritmos lentos, graduais e seguros de *transição política* (FERNANDES, 1986, p. 10-11).

Nessa perspectiva, a ditadura foi um meio de impedir uma mudança estrutural em nossa sociedade através das vias políticas. Para tanto, inúmeras medidas foram tomadas como, por exemplo, o fim das liberdades políticas, a repressão, violência pura e aberta a todos que ousassem opor-se ao regime em vigor, Atos Institucionais e até mesmo a criação de uma nova Constituição em 1967, *para dar legalidade à ilegitimidade da ditadura*.

Apesar de você, como alude a canção de Chico Buarque, as organizações de esquerda prosseguiram expressando sua insatisfação por aquele estado de coisas, embora repreendidas de forma muito mais violenta. Os principais movimentos de

oposição eram os partidos políticos comunistas (PCB, PCBR, POC), os movimentos armados (como a Ação Libertadora Nacional – ALN), a União Nacional dos Estudantes, sindicatos, ligas camponesas, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os segmentos católicos de esquerda etc.

No entanto, nada permanece passível de mudanças e, quanto mais forte a opressão, contraditoriamente, mais se fortaleciam os movimentos de oposição ao regime militar, que viram, a partir de 1968, seus anos mais duros. Foi ao final do governo de Figueiredo, em 1985, que os sustentáculos da ditadura viram sua derrocada; já não era mais possível controlar tamanho descontentamento do povo, nem os movimentos democráticos que clamavam pelo fim da barbárie.

A nova era em que o país adentra é, portanto, a era da redemocratização. Tempo de desconstrução do velho para dar espaço a um novo país, com novas práticas, totalmente opostas daquelas vistas nos últimos vinte anos. Mas essa empreitada já começou às avessas: eleito pelas vias democráticas, Tancredo Neves, o mais novo presidente da república, é morto antes mesmo de tomar posse, logo, assume seu vice, José Sarney, que ocupará o cargo até o ano de 1989 e terá nas mãos a primordial tarefa de democratizar o Brasil. Para além das novas exigências políticas que estavam na ordem do dia, Sarney se depara com o resultado do que havia sido o chamado “milagre econômico” das décadas anteriores. O modelo objetivava transformar o país em uma grande potência mundial, porém os resultados foram outros, de acordo com a análise de Prado Jr. (1986):

Muito longe disso, e até, de certa forma, em sentido contrário, o que a situação presente e o futuro previsível mostram, é que tal milagre não passou de breve surto de atividades econômicas, condicionado por momentânea e excepcional conjuntura internacional cujo fatal encerramento, como de fato ocorreu, trouxe a degringolada catastrófica do castelo de cartas que se lograra erigir e por um momento sustentar (...) A política econômica e social do milagroso modelo econômico, para dizer dele o melhor, se orientou e soube acomodar o caminho – façamos-lhe essa justiça – para o aproveitamento máximo da especulação em que ferveu nestes últimos anos o mundo capitalista, no sentido de promoção da economia brasileira dentro de seu tradicional modelo colonial, não lhe imprimiu, nem cogitou disso, nenhum desvio de seus velhos padrões que manteve praticamente intacto. (PRADO JR, 1986, p. 353, 355-356).

A economia passava por maus bocados diante das conseqüências provocadas pelo crescimento exacerbado no período ditatorial; dentre elas era possível observar a grave instabilidade econômica e, ainda mais preocupante, o

aumento da classe pauperizada, decorrente da má distribuição de renda e que tende a se manifestar na demanda das políticas sociais.

Então, como primeiras medidas de seu governo, José Sarney estabeleceu algumas posições em forma de emendas constitucionais que buscavam resgatar as liberdades democráticas, bem como o novo parlamento. No campo sócio-político, a população organizada buscava respostas urgentes, dado o caótico contexto nacional que o país vivenciava desde o início da ditadura. O presidente José Sarney, logo, não possuía outra alternativa senão encaminhar as medidas necessárias para a criação da Nova Constituição.

Nesse sentido, a Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela formulação dos novos preceitos, foi criada e mantida sob um caráter dúbio. Sarney delegou poderes constituintes ao congresso regular, abolindo definitivamente a autonomia e soberania que devem ser a essência de uma assembléia popular. Tal posição governista demonstrou, nesse momento, seu real comprometimento com a tarefa de redemocratizar o país através da forma como pretendeu conduzir a elaboração da nova carta constitucional. O resultado foi a participação escassa da sociedade - ao contrário do que se tenta difundir – sendo a Nova Constituição iniciada em fevereiro de 1987 e concluída em setembro de 1988.

Clarificado o posicionamento de classe do governo a partir de então, Fernandes (1986) alega que, *a burguesia não trava uma luta pela democracia e pouco se importa com a democratização do país*. No entanto, a nova Constituição não poderia representar a ideologia de apenas um setor, sua função era a de reduzir o abismo existente entre a desigualdade social e as necessidades humanas. Para que tal objetivo fosse alcançado, uma batalha incansável entre a burguesia e o proletariado, ou os representantes destes, se fez presente desde o princípio de sua elaboração. A composição da Assembléia Nacional Constituinte estava acertada da seguinte forma: de um lado, representando os setores conservadores, estava o *Centrão*, que apresentava-se com definidas propostas de defesa dos interesses da burguesia brasileira. Em contrapartida, representando os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, estavam os partidos de esquerda.

Finalmente, a nossa Constituição Federal acabou por incorporar resquícios marcantes de uma nação dependente e tutelada por uma classe burguesa conservadora, mas também apresentou avanços no campo dos direitos sociais,

resultado de todo o movimento de lutas que vinha sendo travado há anos - de seu caráter heterogêneo surgiu a expressão Constituição *colcha de retalhos*, designada por Florestan Fernandes.

O movimento notório da grande massa *superexplorada* nos anos 1970, com grande ênfase na década de 1980, forçou uma atenção especial na direção das necessidades sociais. Nesse sentido, a Constituição de 1988 trouxe, em seu artigo 194, a definição da Seguridade Social, sendo esta composta pelo tripé da saúde, previdência e assistência social enquanto conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos, bem como da sociedade civil.

Na sequência de nossa linha histórico-temporal, em 1990, elege-se o presidente Fernando Collor de Mello. Collor por sua vez prometia modernizar a economia promovendo políticas de cunho neoliberal e apoiar a participação estrangeira na economia do país. Na qualidade de candidato a presidência apresentava um discurso voltado para a orientação religiosa em que se auto-proclamava um “caçador de marajás” e, frequentemente, fazia referência à fragilidade que um governo de esquerda poderia apresentar.

A vitória de Collor representou para o Brasil uma sucessão de erros econômicos tais como, o plano cruzeiro, que propiciou o congelamento dos preços e a estagnação do crescimento econômico, além do que instituiu um plano econômico que continha medidas de confisco de poupanças e conta correntes com o propósito de estabilizar a economia, medida que gerou um clima de pânico generalizado entre a população. Ainda, no âmbito governamental o plano Collor demonstrou uma nítida opção pela redução do Estado mediante as políticas sociais, pela liberação da economia para níveis internacionais, sem contar com o resgate da dívida social. No âmbito social sancionou o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e a Lei do Sistema Único de Saúde – SUS, em contrapartida, se recusou a sancionar a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, política estabelecida na tão recente Constituição.

As medidas tomadas por Collor ao longo de seu governo resultaram num clima de constante insatisfação; foi quando em 1992 as mobilizações populares concentravam-se em favor do *impeachment* do então presidente, após a confirmação de que seu envolvimento em um grande esquema de corrupção. Assim, Collor foi afastado do cargo recebendo junto com sua cassação a impossibilidade de

exercer seus direitos políticos por oito anos. Nessas condições, Itamar Franco (1992 - 1994), na qualidade de vice-presidente, é direcionado a assumir o poder em meio ao furacão econômico e social que assolava o país.

Entre suas principais medidas nomeou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso para compor o Ministério da Fazenda, em 1993, com o propósito de estabilizar a economia brasileira; o ministro, então, declara a mudança de moeda para o Plano Real. Ainda no mesmo ano o governo Itamar sancionou, enfim, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) sob o nº 8742/93. Tal fato apenas tornou-se concreto em virtude da mobilização da sociedade civil organizada, seguido da ameaça do Ministério Público em processar a União pelo descaso do governo com a área social e os preceitos institucionais a pouco firmados em Lei.

O fato é que o Plano Real havia ganhado lugar de destaque dentre as tentativas de estabilizar a inflação, o que conferiu visibilidade suficiente para que Fernando Henrique Cardoso se elegeesse nas duas eleições seguintes. Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da república em 1995, exercendo sua função, portanto, até 2002. Suas prioridades governamentais, embora, inicialmente, fossem os campos da saúde, educação, emprego, agricultura e segurança, limitou-se a promover a estabilidade econômica e a reforma do Estado. Segundo Rocha (2009), a reforma do Estado apresentava em sua essência medidas de ajuste fiscal e um intenso programa de privatizações de empresas estatais. Com adesão às medidas neoliberais, a redução do Estado na área social foi primordial para evidenciar ainda mais o desrespeito com o sistema de proteção social do país. Como resultado de sua gestão, Cardoso deixa expresso um salto na pauperização, como reflexo da redução dos direitos sociais e a perpetuação do modelo neoliberal.

Nessa conjuntura específica de desconstrução do Estado e agudização da pobreza, Luis Inácio Lula da Silva chega ao poder. Candidato à presidência da república pela quarta vez consecutiva, elege-se para governar pelo período de 2003-2006, sendo reeleito para presidir de 2007-2010. O sucesso nas urnas do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) pode ser analisado por duas vertentes. Por um lado, sua vitória representava o explícito fracasso das políticas neoliberais, já que Lula representava a mudança e a expectativa de mudança para a classe oprimida, e de outro, a junção política dos partidos de esquerda, centro e setores do

empresariado brasileiro representado pelo vice-presidente José de Alencar do Partido Republicano Brasileiro (PRB).

O governo que representava a mudança e a esperança para as classes populares no Brasil, não tardou a mostrar sua verdadeira face. Se em algum momento esperou-se que medidas de cunho estrutural pudessem ocorrer, essas expectativas caíram por terra ao denotarmos a continuidade dos moldes econômicos, políticos e sociais provindos de antigos governos. O que ocorreu, na verdade, e que pretende ter sequência com a recém eleita presidente, Dilma Rousseff, é uma conjuntura de análise diversa. Inúmeros setores da sociedade brasileira, tanto de direita quanto de esquerda, aderiram à idéia de que o país *mudou seu lugar no mundo* após o governo do presidente Lula.

Embora existam diferenças entre os oito anos do governo FHC e de Lula, é preciso que não sejamos otimistas ao ponto de crer que o Brasil deixou de ocupar o lugar que sempre lhe coube: de país dependente e subdesenvolvido. Ouriques (2010) analisa que esta suposta nova posição do Brasil no mundo é resultado, e de forma contraditória, do aprofundamento da nossa condição de dependência. Ademais, Ouriques (2010) também explica que as análises excessivamente confiantes em relação ao último governo não são versadas em vão, já que os números que representam o crescimento econômico encontram certa correspondência com a realidade. Contudo, os efeitos desse crescimento são, principalmente, produto de uma dinâmica ampla, visualizada no contexto mundial:

A economia mundial cresceu de maneira vertiginosa até setembro de 2008, momento em que o sistema bancário faliu e importantes multinacionais do setor produtivo foram a bancarrota nos Estados Unidos e também na Europa. Antes desta data, a expansão da acumulação mundial favoreceu enormemente a acumulação de capital das economias periféricas, especialmente em alguns países que possuem abundantes recursos naturais e que haviam logrado certa especialização na produção de alimentos [...] Os “benefícios” da conjuntura também alcançaram alguns países africanos e asiáticos que jamais foram considerados “estratégicos” na disputa pela hegemonia mundial, não sem graves conseqüências para seu futuro econômico e político. (OURIQUES, 2010, p. 02).

Porém, ao observarmos o território das políticas públicas no Brasil a análise se torna ainda mais variada. Se por um lado denotamos o continuísmo dos moldes anteriores, por outro, há que se considerar alguns avanços, especialmente

orçamentários¹², e no trato com as necessidades humanas; o que sempre representou um desafio para a burguesia conservadora do país. Uma discussão mais apurada sobre a política social de nossa década, mais especificamente a política socioassistencial, será abordada na seção seguinte.

Outro exame importante sobre nossa atual conjuntura (e que de certa forma nos diferencia com relação a Bolívia) está na relação do Estado com os movimentos sociais e com a classe trabalhadora. Apesar da eleição do presidente Lula ser resultado de uma colisão de forças, inclusive, da esquerda nacional e da ampla maioria das classes populares, seu governo não expressou uma posição concreta e definitiva em favor desses setores; o que se viu foi justamente o oposto, o *Governo Lula assegurou uma ampla coesão social, através de um paradoxal processo de cooptação dos movimentos sociais contestatórios* (MATTEI; PAIVA, 2009). As lutas sociais, imprescindíveis na conquista de direitos, teve por fim sérios reflexos na composição das políticas públicas sociais.

2.2. BOLÍVIA: O PAÍS DE BOLÍVAR E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL ATÉ A ERA MORALES

Os povos da América Latina assemelham-se, de um modo geral, em virtude de um passado comum marcado pela colonização européia. Colonização essa que como sabemos não se caracterizou por um caráter consensual entre colonizadores e os povos originários que aqui habitavam. Ao referenciar a história da Bolívia, faz-se necessário retroceder um pouco mais na linha do tempo em comparação à história do Brasil, isso porque, embora em ambas as realidades a colonização, suas conseqüências e seus traços de dependência latino-americana possam ser considerados similares, a Bolívia, contudo, distingue-se por um passado genuinamente repleto de conflitos e derrotas.

É válido destacar logo de início que, enquanto no Brasil as populações indígenas foram, de maneira gradativa e avassaladora, dizimando a cultura

¹² O aumento orçamentário nem sempre está vinculado a um balanço positivo da questão; este é também um ponto de análise para a próxima seção.

originária e substituindo-as por diferentes grupos culturais de acordo com as distintas regiões do país, a colonização espanhola não foi capaz de erradicar os principais povos indígenas¹³ dos Andes. A Bolívia constituiu-se, assim, na mais indígena das novas repúblicas da América espanhola; república na qual a língua dos conquistadores permaneceu uma língua de minoria até o século XX (Klein, 1991).

Antes mesmo do período independentista já era possível denotar o lugar ao qual as populações originárias, ou seja, a grande massa populacional do Alto Peru¹⁴ foi remetida em sua própria terra. Em decorrência do processo de colonização - com a retirada incessante de metais preciosos e matérias-primas - o Alto Peru resultou inevitavelmente em uma divisão social bastante desigual: áreas urbanas empobrecidas e áreas rurais abastadas, devido aos latifúndios de propriedade dos *crioulos*¹⁵; quanto aos indígenas, estes se tornaram em sua grande maioria camponeses pobres.

De acordo com Klein (1991), a região do Alto Peru foi onde os primeiros hispano-americanos se rebelaram em favor da independência, antes das demais regiões da América Latina, porém foi a região que por último conseguiu conquistar sua independência. Assim, os anos que marcaram o processo de independência do Alto Peru iriam determinar se o território de Charcas (Alto Peru) se tornaria parte da República do Peru ou parte da República da Argentina, ou ainda uma república independente. Havia, também, a possibilidade almejada por Bolívar do Alto Peru fazer parte da Grã-Colômbia¹⁶ (Maciel, 2008).

Não abordaremos de maneira aprofundada as revoltas e os conflitos que seguiram em torno da fundação do Estado nacional da Bolívia, entretanto, para os fins deste trabalho é necessário dar ênfase aos acontecimentos que efetivamente determinaram a conformação econômica, política e social desta que seria a mais nova nação independente do continente, com o intuito de, na sequência, possibilitar uma maior compreensão da realidade vivida atualmente pelo povo boliviano.

¹³ Principalmente Aymaras (com maior concentração nos departamentos de Oruro e Chuquisaca, na Bolívia) e Quechuas (com quase 15 milhões de pessoas espalhadas pelos Andes, da Colômbia à Argentina).

¹⁴ Região do altiplano sulino denominada de Charcas ou Alto Peru.

¹⁵ Denominação dada aos indivíduos de descendência direta dos europeus, porém nascidos na América.

¹⁶ Atualmente a Grã-Colômbia está dividida entre a Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador.

De forma que as conquistas pela independência na América Latina não foram caracterizadas, de forma alguma, por interesses convergentes, a “libertação” das amarras oligárquicas no Alto Peru não poderia ter se dado de outra maneira. Aqui houve, essencialmente, dois movimentos divergentes que participaram deste momento histórico: o pan-americanismo de Simon Bolívar contra os interesses da classe oligárquica. Simon Bolívar trazia em seu ideário a possibilidade de unificar todos os Estados nações que haviam a pouco adquirido sua independência. Acreditava, pois, que somente com uma junção de forças dessa magnitude seria possível romper com as antigas estruturas coloniais, permeadas pelos interesses das oligárquicas latifundiárias e o trabalho escravizado dos índios.

Bolívar, como já nos é evidente, não concretizou seu grandioso plano de unificação da América Latina em favor de uma verdadeira independência aos seus países e povos originários. Assim, a Bolívia torna-se país independente no ano de 1825, logo em seguida (1827) Bolívar retira-se do país ao qual recebeu seu nome, em virtude do fortalecimento das oligarquias latifundiárias, deixando seu lugar a Sucre.

O que primeiramente nos ocorre e é de suma importância para uma compreensão histórica da Bolívia, é o fato de que a formação desse novo Estado nação deu-se, em seu cerne, sem a participação dos povos originários que ali habitavam. Porém, essa observação é válida especialmente para a construção da história oficial da Bolívia, ou seja, a luta de classes não se tece apenas por uma sucessão de fatos ao longo do tempo, o real movimento político vai além da história como ela é propagada.

O que se pode observar, portanto, na construção desse país são períodos de extrema instabilidade político-administrativa, não só decorrente dos governos ditatoriais que seguiram após o mandato de Santa Cruz, mas principalmente pelas duas guerras que marcaram fortemente a Bolívia, a Guerra do Pacífico e a Guerra do Chaco; esta última provocada pelo presidente Salamanca. Na primeira, ocorrida no século XIX (1880), o país perde a saída do mar para o Chile; na segunda, já no século XX (1932 a 1935), a Bolívia entra em um conflito armado contra o Paraguai, o que levou a perda de terras e instaurou um grande sentimento de derrota entre a classe dominante. Diante de tamanhos desastres políticos, ainda assim, os governantes pouco - para não dizer quase nada - preocupavam-se com a

construção de um estado que pudesse de fato incluir a massa indígena camponesa à vida política e social da Bolívia. O autor René Zavaleta Mercado (1988) analisa de forma crítica esse marco:

A catástrofe da prata punha fim à oligarquia dos *azougueiros*¹⁷ e isso significava que era um país que nascia isolado do mundo, de um mundo que, por outro lado, este país tinha feito nascer. Será, por conseguinte, um Estado fraco que terá que viver quase até o fim do século XIX (pelo menos até o quarto final de século) das contribuições indígenas, o que significa que será um Estado em guerra perpétua com sua própria população (ZAVALETA, 1988, p. 19).

As contribuições indígenas eram por fim o que ofereciam os sustentáculos à economia boliviana, seja por meio da agricultura, da mão de obra barata ou mesmo gratuita. Como podemos denotar as questões de classe na Bolívia não podiam ser dissociadas de suas origens étnicas (PÉRICAS, 2010).

No entanto, a consciência desses povos não permaneceu intacta ao longo tempo. A Guerra do Chaco nesse sentido, apesar de ter trazido perdas territoriais ao país (cerca de um quinto da região) e um sentimento de impotência às elites, pode ter sido, por outro lado, o início do que Zavaleta chama de “formação dos aspectos subjetivos de base do Estado nacional e da construção da própria nação”. De forma que nada se mantém estático e desprovido de uma capacidade de desgaste na linha adversa da história, com relação à Bolívia, esse pode ser considerado um desses momentos-chaves na vida de um país, que tão somente carece de uma brecha para que as condições subjetivas e objetivas comecem a despontar. Ainda de acordo com Zavaleta (1988) cumpria-se aqui, além do mais, o que é uma norma clássica: os elementos subjetivos da nacionalização precedem sempre à formulação objetiva de tais tarefas. Dessa maneira, com o término da Guerra do Chaco

Pela primeira vez em toda a história republicana, os indígenas começam a ter uma crescente participação política e econômica, demonstrando que as lutas ancestrais dos originários não havia se apagado; estavam na memória coletiva dessa gente, ressoando de forma tão contundente que não haveria como ignorá-las por muito mais tempo. Teriam que ser ouvidas, principalmente por extratos sociais, como a nascente pequena burguesia, que seguia subjugada pela oligarquia mineira e latifundiária, detentora do poder estatal, e já demonstrava que não suportaria tal jugo, e para tal, necessitaria *imprescindivelmente* da força das massas indígenas (MACIEL, 2008, p. 64).

¹⁷ Azougue é também uma denominação dada ao mercúrio.

O que é importante considerarmos aqui é que não ocorre a partir dessa ocasião um salto deslumbrante entre o que era considerada uma nação desprovida de sua gente para outra totalmente oposta. O processo que se segue na luta por um verdadeiro pertencimento dos originários à nação ainda é penoso e angustiante. Porém, de uma coisa poderiam os bolivianos estar certos, o poder oligárquico finalmente via a sua decadência, e sem volta, até a Revolução nacional de 1952.

O momento da Revolução nacional de 1952 é, sem dúvidas, um fato histórico imprescindível para a Bolívia. Nesse momento, trava-se uma batalha entre o Estado oligárquico decadente e o movimento democrático burguês, cuja frente estava sob a liderança do partido político MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Os partidos exerceriam um papel de extrema importância em meio a Revolução nacional. Além do MNR, vários outros partidos políticos modernos surgiram em contraposição aos partidos tradicionais, como o Partido de Esquerda Revolucionária (PIR), o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Falange Socialista Boliviana (FSB). De origem pequeno-burguês, contudo, é o MNR que concentrará ao seu redor o maior número de operários e camponeses indígenas, que mais tarde se tornarão os principais atores dessa empreitada. Segundo análises de Zavaleta (1974):

Si la visión es mecánica el MNR era, en efecto, el partido de los obreros; pero, históricamente, es decir, en cuanto a su contenido, es un absurdo decir que fuera así. Ni en su práctica ni en su teoría ese partido contenía a la ideología del proletariado y, por el contrario, por debajo de una presentación etapista de la revolución, exornada con cierta jerga marxista, se revelaban finalidades históricas que eran específicamente burguesas. El MNR era el partido de la revolución democrático-burguesa en Bolivia, fue el creador del actual Estado burgués boliviano (que no tiene nada que ver con el anterior) (ZAVALETA, 1974, p. 81).

Isso significa que o movimento, em seu auge, só foi possível porque o movimento operário havia tomado as rédeas da situação; ninguém poderia afirmar ao certo quais seriam as consequências disso, mas de qualquer forma, não estava se dando início a uma revolução socialista, mas sim, a uma revolução democrático-burguesa, fato que mais tarde frustrará imensamente a classe essencial dessa revolução, quando descobrirem que esta não irá além da revolução democrática,

embora tivessem obtido um papel protagônico. No entanto, *este não é o primeiro caso em que uma classe realiza os ideais e os objetivos históricos de outra.*

A participação dos camponeses índios nesse processo certamente provocou consequências positivas a este grupo, que mesmo sendo identificados por suas fortes características étnicas e culturais, constituíam uma classe social subalternizada no contexto do desenvolvimento histórico boliviano, como referenciado. Os índios, os mestiços e toda essa parcela até então relegada às margens de sua própria nação, passaria pela primeira vez a fazer parte do interior da sociedade boliviana. Já no primeiro ano de revolução cria-se no país o sufrágio universal, agora, todos os bolivianos possuíam o direito ao voto. Em 1953, finalmente ocorre a reforma agrária, com o intuito de distribuir e devolver terras às comunidades indígenas, que passariam a partir desse momento a produzir e comercializar de maneira independente seus produtos. Podemos citar ainda, como conquistas do pós-revolução, a criação da Central Obrera Boliviana (COB) e a nacionalização das minas, que passaram a ser administradas pela Corporação Mineira da Bolívia (Comibol)¹⁸.

Dessa forma, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) manteve-se no poder entre os anos de 1952 a 1964. Apesar dos avanços democráticos e do discurso antiimperialista proclamado pelo partido, a crise que se acentuava progressivamente levou o país a tomar outros rumos. Os preços do estanho haviam baixado significativamente, a inflação, o nível de desempregado e o descontentamento da classe trabalhadora aumentavam na mesma proporção em que os Estados Unidos se inseriam na política interna do país. Os empréstimos concedidos à Bolívia, que chegaram a 214 milhões de dólares no ano de 1959, não vieram, é claro, como um mero gesto de solidariedade dos Estados Unidos a um pobre país latino-americano, muito menos numa época em que este começava a expandir seus interesses a nível mundial. Além dos interesses econômicos que circundavam essa relação de proximidade dos Estados Unidos com a Bolívia, uma

¹⁸ Para o estudioso Aldo Durán Gil (2008), mesmo com a nacionalização das minas, o país continuou sendo um exportador potencial de concentrados de minérios (produto não refinado, principalmente estanho) vendidos a “preço de banana”. A indústria extrativa funcionou com maquinaria e tecnologia obsoleta, baixa produtividade e alta exploração da força de trabalho. Ou seja, trata-se de uma nacionalização burguesa que tem como objetivo precípua o desenvolvimento capitalista a médio e longo prazo, um tipo de transição capitalista periférica que, no seu processo global, demonstrou ser retardaria e muito mais lenta e conflituosa em relação aos casos brasileiro, argentino ou chileno (DURÁN GIL, 2008, p. 05).

das maiores preocupações vigentes era que por ventura, a revolução que havia se iniciado em 1952, pudesse tomar uma direção socialista com a entrada de novos atores na cena política; nisso se justificava em boa parte o apoio dos EUA ao MNR, que apesar do discurso seguia regulando uma economia já considerada pré-capitalista.

Em resumo, o período revolucionário, considerado um dos momentos mais marcantes na história da Bolívia, somente teve semelhante importância devido ao movimento organizado das massas. Ainda dentro desse movimento, mais especificamente a partir do governo de Siles Zuazo (1956 – 1960) a força operária entra em decadência, embora estes ainda *saíssem à luta toda vez que se davam tentativas propriamente contra-revolucionárias*. Assim, as massas reelegem, em 1960, Paz Estenssoro para a presidência, não apenas porque este havia encabeçado o MNR nos idos da revolução de 1952, mas também porque acreditavam que Estenssoro poderia suscitar e recolocar o país nos trilhos da revolução. O que talvez não tenha ocorrido às massas quando estas o reelegeram, é que a política norte-americana já havia se consolidado o suficiente para impedir que tal fato ocorresse. É então, com o fim do mandato de Estenssoro, que os militares, após receber apoio de diversas ordens pelos EUA, tomam o poder.

Com o maior número de golpes de Estado da América Latina, a Bolívia, a partir do ano de 1964 pôde considerar o fim de sua revolução nacional e que durou pouco mais de dez anos. O período subsequente será marcado por repressivos governos ditatoriais, pela desordem política, mas também pela constante tentativa de organizar a luta¹⁹. De forma sintética, a ditadura na Bolívia inicia-se com a entrada de Réne Barrientos; em seguida o poder passou pelas mãos de vários governantes, em curtos espaços de tempo, em que a maioria eram compostos por militares.

No ano de 1975 ocupa o poder o general Hugo Banzer Suárez, *58º presidente da Bolívia em 146 anos de independência*; como de praxe de governos ditatoriais, Banzer interveio diretamente nas universidades e encarcerou estudantes e trabalhadores. Somente no ano de 1978 abre-se espaço para novas eleições e o

¹⁹ Entre as tentativas de dar continuidade às lutas encadeadas no período pós-revolucionário, esteve envolvido Ernesto Che Guevara, partilhando a experiência a pouco vivenciada em Cuba e com o ideal de que a revolução era necessária a toda a América Latina. No ano de 1967 foi morto na Bolívia a partir de ordens vindas de La Paz.

general Juan Pereda Asbún concorre juntamente com o opositorista e já conhecido Siles Zuazo. Para tanto, as eleições foram anuladas devido às denúncias de fraude. Outras tentativas de eleger presidentes de maneira democrática ocorreram, mas todas fracassavam na medida em que generais assaltavam o poder, logo em seguida eram depostos e acometiam um novo golpe; era um círculo vicioso que havia se instaurado. Foi assim com o general Alberto Natush Bush, Luis García Mesa Tejada e Guido Vildoso Calderón.

Finalmente, em 1982, após a incontrolável insatisfação popular que percorria todo o território nacional, Siles Zuazo assume a presidência por vias democráticas. No período de 1985-1989 retorna ao cenário presidencial Victor Paz Estenssoro, do MNR. Na sequência, observamos as figuras de Jaime Paz Zamora, Gonzalo Sánchez de Lozada e, posteriormente, Hugo Banzer Suárez, que governou, como vimos a pouco, durante a ditadura militar. Em 2002, assume novamente Sánchez de Lozada, mas uma revolta popular faz com que este permaneça no cargo por apenas um ano, fazendo com que seu vice, Carlos Mesa, assumisse a presidência até o ano de 2005 quando uma nova revolta também o elimina do cargo.

A administração exercida sobre o país desde o período ditatorial somado às imensas dívidas externas deixou o país um verdadeiro caos. Os governos ditos democráticos que assumiram a partir de 1985 acabaram por adotar políticas neoliberais para conter a inflação; esta medida é igualmente observada no Brasil com o início do período democrático. As promessas neoliberais na Bolívia, assim como em qualquer parte do continente latino-americano, não resolveram o problema das desigualdades sociais. De acordo com Soares (2002), em todos os países latino-americanos verificam-se dois fatos: de um lado, a intensificação das desigualdades sociais e, de outro, o surgimento de novas formas de pobreza e exclusão social, sobretudo devido ao aumento do desemprego. No que tange especificamente aos efeitos conferidos à Bolívia, Sader (2006) aponta:

A Bolívia tem péssimos índices de distribuição de renda, só superados – negativamente – pelo Brasil. Os 20% mais ricos dispõem de uma renda 30 vezes maior do que os 20% mais pobres. 60% da população vivem na pobreza no conjunto do país, mas esse índice chega a 90% nas áreas rurais. O desemprego oficialmente registrado triplicou nos últimos 17 anos, desde que os planos de estabilização monetária começaram a ser aplicados, chegando a 13,9%, enquanto a proporção de pessoas do setor “informal” – isto é, de trabalho precário – aumentou de 58 para 68% em 15 anos. A mortalidade infantil é de 60 por mil nascidos vivos, enquanto a média do continente é de 28. A expectativa de vida ao nascer é de 63 anos,

enquanto a média da América Latina e do Caribe é de 70 anos (SADER, 2006, p. 01).

Foi, então, diante dessa nebulosa conjuntura que Juan Evo Morales Ayma, o primeiro presidente de descendência indígena da América Latina, elegeu-se com 53,72% dos votos em 18 de dezembro de 2005. A entrada de um novo sujeito político, que carregue ideais mais democráticos e transformadores para governar um país, não é considerada uma tarefa simples, justamente por se tratar de uma nação onde historicamente o que prevaleceu foram governantes que atuaram em favor de si próprios e para a elite nacional.

O mandato de Evo Morales tem gerado polêmicas de todos os tipos e em diversas partes do mundo, principalmente, por parte dos setores mais conservadores e de direita. Isso porque, diferentemente do que vem ocorrendo nas últimas décadas na Bolívia, entra em cena um partido político diretamente atrelado aos movimentos sociais. Desde o ano de 1999, o partido Movimento ao Socialismo (MAS) construía sua base junto aos produtores da folha de Coca, sindicatos e demais organizações camponesas. Evo Morales, muitos anos antes de se candidatar à presidência, já militava ativamente em prol do movimento cocaleiro e tal fato provocou, como já era eminente, um profundo desconforto não apenas nos governantes “de sempre” que sucediam o poder no país, mas também aos EUA.

Qual o motivo para que o MAS e seu atual presidente causassem tamanha repercussão no cenário mundial? Devemos inferir que os motivos são múltiplos, a começar pelo movimento dos cocaleiros. No final da década de 1980 e início da década de 1990, houve na Bolívia, por parte do presidente Hugo Banzer Suárez com o apoio incondicional dos Estados Unidos, um forte movimento contra o cultivo da folha de Coca, resultando na destruição de inúmeras plantações pertencentes a trabalhadores rurais. Alegava-se que o cultivo da Coca estava diretamente ligado ao narcotráfico e à produção de cocaína, sem levar em consideração que a folha de Coca é, na verdade, utilizada por diversas culturas andinas para fins medicinais, além disso, nas regiões de grandes altitudes, o hábito de mascar a folha ainda é muito empregado pelos camponeses. Coimbra (2009) em sua dissertação de mestrado cita que a federação dos produtores de Coca, liderada por Morales, em resposta à política imposta por Banzer, propôs um plano de cocaína zero, ao invés

de coca zero. Entre os protestos e conflitos ocorridos com as forças armadas, muitos manifestantes foram presos, torturados e mortos.

Contudo, foi enquanto presidente que Morales passou a ser identificado como uma ameaça, até mesmo em âmbito internacional. Logo no primeiro ano de seu governo nacionalizou as reservas de petróleo e gás natural, o que certamente prejudicou as multinacionais instaladas no país que há anos vinham explorando tais recursos – entre elas está a Petrobras, responsável por 52% do gás consumido no Brasil e maior indústria petrolífera que atua na região. Ao longo de seu primeiro mandato ainda deu início a reforma agrária, além de transferir para os domínios do Estado diversos outros setores importantes da economia.

No campo das políticas públicas sociais citamos a promulgação da Lei de *Renta Dignidad*, cujo objetivo é oferecer subsídios financeiros às pessoas com mais de 60 anos. O benefício, que faz parte do Regime de Seguridade Social não Contributivo, atende pouco mais de 676.000 pessoas, ou seja, uma cobertura consideravelmente maior do que o programa Bonosol, com o mesmo objetivo, porém atendendo pessoas acima de 65 anos e com menor transferência de renda. Mas os avanços mais positivos certamente se encontram na área da educação: em 2008, a Bolívia é o terceiro país do continente sul-americano a erradicar o analfabetismo, através do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) e baseado no programa de origem cubana “Yo sí puedo”. Em um universo de 824.101 analfabetos detectados 819.417 foram alfabetizados.

Outra conquista de grande valia para a população boliviana foi, sem dúvidas, a aprovação de uma nova Constituição, em que pela primeira vez em sua história o Estado considera de fato a diversidade étnica e cultural, não mais como elementos à parte, mas como partes que integram a totalidade da nação.

Bolivia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural e lingüístico, dentro del proceso integrador del país. (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO, 2009).

As mudanças ocorridas, embora consideradas por muitos autores apenas de caráter democrático ao invés de estrutural, acabaram por fomentar a organização de um forte grupo de oposição na Bolívia, formado por setores conservadores e

direitistas de alguns departamentos²⁰ do país, principalmente os da região de Media Luna²¹. De forma que as transformações políticas e econômicas propostas pelo novo governo não se alinhavam com os princípios destes setores, a oposição intensificou-se ao longo de todo o mandato de Morales, de maneira muitas vezes violenta e coercitiva aos apoiadores governistas. A afirmação feita pelo prefeito de Santa Cruz, Percy Fernández, exemplifica um pouco da ideologia que permeia esse setor: “Logo, logo será preciso vestir penas para se fazer respeitar nesse país²²”.

As atitudes oposicionistas variaram desde a implantação de referendos revogatórios da nova Carta Magna até a destituição do presidente em vigor; em todos os casos a maioria da população votou contra tais revogações. Ademais, a aproximação de Evo Morales com os governos da Venezuela e Cuba também somaram-se como uma problemática para os rumos do país. O que isso significa ao final é que “o imperialismo tem medo de nós, e essa é a luta histórica de nossos antepassados pela independência, pela libertação, sob a rebelião de nossos povos”, afirma Morales em um ato na região de Chuquisaca²³.

No ano de 2010 novas eleições acontecem na Bolívia e o MAS e seu representante maior, Evo Morales, conseguem reeleger-se com aproximadamente 60% do total de votos, sendo a maioria em seis dos nove departamentos do país. Apesar da vitória, o partido alega que esperava um resultado ainda melhor, isso só veio demonstrar que a oposição conseguiu se fortalecer ao longo do processo eleitoral.

Nesse sentido, as transformações que vêm ocorrendo na Bolívia continuam gerando debates no âmbito das ciências sociais sobre o caráter, a essência desse período histórico, ou seja, se é considerado de fato uma verdadeira “revolução democrática cultural” ou uma “revolução democrática descolonizadora”, nas palavras de Morales, ou se possuem apenas um caráter nacionalista democrático burguês, como assinala Durán Gil (2008). O que cabe avaliar, no entanto, é que independente

²⁰ Na Bolívia, os departamentos correspondem ao mesmo que os estados no Brasil.

²¹ Região leste da Bolívia e de grande importância econômica, formada pelos departamentos de Pando, Tarija, Santa Cruz e Beni.

²² A afirmação foi retirada da dissertação de mestrado “O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo”, de Eric Araújo Dias Coimbra, ano de 2009. E originalmente extraída de “As dificuldades de uma Revolução sem Revolução”. Frank Poupeau e Hervé do Alto. Artigo da revista *Le Monde Diplomatique* do Brasil, p. 15, fevereiro de 2008.

²³ Extraído de reportagem proveniente da internet. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI4249554E1294,00Para+Evo+Morales+imperialismo+a+americano+tem+medo+de+seu+governo.html>

de seu caráter ainda incerto, as mudanças têm trazido impactos positivos para o país que é considerado um dos mais pobres da América Latina.

Estamos certos de que, embora haja muito ainda para se avançar nas lutas dentro desse país - e que uma verdadeira mudança estrutural não depende apenas de governos, mas do embate e da tomada de consciência de classe – as condições para que comecemos a pensar desde outro ângulo dentro de nossa própria realidade estão sendo postas gradativamente. Na medida em que a educação passa a ser prioridade, como ocorre na Bolívia atualmente, e que contradições como o preconceito contra os indígenas dentro de seu próprio país, por meio de um *apartheid* étnico-social começam a ser explicitados, já remete-nos a um passo adiante no sonho de uma *Abya Yala* livre de suas gritantes desigualdades sociais.

3. A CONSTRUÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL E DO RENTA DIGNIDAD NA BOLÍVIA

Para chegarmos até uma análise propriamente dita dos benefícios BPC e Renta Dignidad foi preciso compreender a formação sócio-histórica desses países, isso porque a construção da proteção social não ocorre de maneira isolada e nem segue por um caminho próprio para se estabelecer, mas está estritamente ligada aos processos de produção e reprodução da sociedade na qual tais modelos se inserem.

Cabe destacar, contudo, que o objetivo desta seção não será fazer uma comparação entre os benefícios BPC e Renta Dignidad, por entender a quase impossibilidade dessa tarefa dada as especificidades que cada país comporta, especialmente políticas e culturais. Ao se tratar de uma investigação que abarca dois países distintos, mas que partilham de determinantes estruturais, nossa proposta objetiva (1) expor as principais características do BPC e Renta Dignidad, suas respectivas legislações e bases de financiamento, bem como o processo de implementação de ambos, (2) inferir uma análise situando-os no terreno concreto da luta de classes.

3.1. SOBRE O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Hoje, no Brasil, os principais programas de transferência de renda incorporados à política de assistência social são o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este último será o foco de nossas análises no presente capítulo.

O Benefício de Prestação Continuada consiste no repasse de um salário mínimo mensal para pessoas idosas, cuja idade seja 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprove não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família (MDS, 2010). Dentro do tripé da Seguridade Social, o BPC faz parte da Política Nacional de Assistência Social, integrando a Proteção Social

Básica²⁴ no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assim sendo, o princípio de elegibilidade que orienta esse benefício é a incapacidade para o trabalho; fato que nos dará suporte para analisar, adiante, de acordo com as especificidades do trabalho na América Latina.

O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação; ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), cabe sua operacionalização; e os recursos para custeio provêm do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Para crianças e adolescentes de até 18 anos de idade, o benefício integra o programa BPC na Escola, com o intuito de contribuir para que esta parcela de beneficiários tenha condições de acesso à escola e de permanência na rede de ensino.

A atuação do BPC na Escola está voltada para quatro eixos: (1) identificar entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na escola e aqueles que estão fora da escola; (2) identificar as principais barreiras das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC para o acesso e permanência na escola; (3) realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação dessas barreiras, e (4) realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa. (BRASIL, 2008).

O BPC na Escola consiste num esforço de articular seus beneficiários com as demais políticas sociais, por considerar que somente a transferência de renda na maioria dos casos não é suficiente para garantir um desenvolvimento autônomo e digno para os jovens e crianças portadores de alguma deficiência. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, as políticas intersetoriais integram a assistência social, educação, saúde e direitos humanos. Semelhante esforço aparece também no preceito institucional que garante os direitos das pessoas idosas, contudo, sabemos, a vinculação de políticas

²⁴ O Sistema Único de Assistência Social está basicamente dividido em dois eixos de atuação: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira possui uma função preventiva, no sentido de auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade a prevenir futuros riscos por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O segundo tem por finalidade atender famílias e indivíduos que já encontram-se em situação risco, sendo necessária, portanto, uma estrutura de atendimento mais complexa e um atendimento sistêmico. A Proteção Social Especial subdivide-se em: Serviços de Proteção de Média Complexidade e Serviços de Proteção de Alta Complexidade.

complementares e acompanhamento dessas pessoas ainda encontra-se muito aquém do almejado.

Com relação aos critérios de seleção, apesar de se caracterizar como um benefício de caráter universal, o BPC exige que a renda familiar ou do indivíduo, caso não tenha dependentes ou familiares, seja igual ou menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O que nos ocorre, imediatamente, é a visível contradição existente entre o pressuposto constitucional – sobre a universalidade da política de assistência social – com relação à lei específica que regulamenta o BPC.

O direito que assegura um salário mínimo às pessoas incapacitadas para o trabalho foi assegurado pela Constituição de 1988, no campo que dispõe sobre a Assistência Social em seu inciso quinto. Ainda que já houvesse um benefício anterior com o propósito de garantir uma renda às pessoas idosas e com deficiência – o Renda Mensal Vitalícia – pela primeira vez esta espécie de garantia é firmada constitucionalmente como um direito do cidadão e dever do Estado. Nesse sentido, Gomes (2001) reconhece a legitimidade desta conquista, contudo, analisa que o BPC não deveria surgir em substituição ao Renda Mensal Vitalícia, por considerar que este último possuía critérios de renda menos excludentes.

O RMV foi concedido no período de 1975 a 1996, porém não encontrava amparo legal na Constituição brasileira, de forma que sua cobertura bem como seu financiamento não raro sofria com a instabilidade de cada governo. Nesse sentido, outra consideração nos parece pertinente com relação à Constituição de 1988. Apesar das conquistas nela registrada e em grande medida resultado do movimento pela redemocratização do país e ampliação dos direitos, muitos de seus preceitos custaram a ser materializados na forma de lei. Isto porque o nosso período de redemocratização foi marcado por um momento adverso. Gomes (2001) assinala que em meio a uma conjuntura política marcada pela efervescência dos movimentos sociais e contestatórios, paralelamente ocorre uma conjuntura agravada pelo acúmulo da dívida social, em um cenário de crise fiscal, o que pretendia ser resolvido por meio da diminuição dos gastos com as políticas sociais.

Vale destacar, com relação ao seu caráter, que o BPC não se caracteriza como uma aposentadoria, mas sim como um benefício assistencial. Em primeiro lugar, porque não integra a Previdência Social e não dá o direito ao 13º salário. Ainda assim, sua vinculação ao salário mínimo é essencial - embora não abarque os

mesmos direitos da Previdência Social - na garantia das necessidades mais básicas desta parcela da população; e quando usamos o termo “mais básicas” é justamente por considerar que o valor do salário mínimo brasileiro é totalmente questionável no que tange ao suprimento das reais necessidades de uma família, a não ser que o conceito de “viver com dignidade” seja resumido à necessidade alimentar. Mesmo com entendimento dessa questão, este salário mínimo já tentou ser substituído apenas por um “auxílio”²⁵. Em segundo, porque não é considerado permanente à medida que os beneficiários idosos e portadores de deficiência precisam passar por uma perícia a cada dois anos, com o intuito de reafirmar sua condição, correndo o risco de serem desligados do benefício.

Se por um lado a política de Assistência Social ganhou lugar junto a Seguridade Social, passando de mero dever moral para um direito legal afirmado, por outro viés, a lei que a regulamenta tardou a ser aprovada. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - sob o nº 8742/93) foi sancionada no governo de Itamar Franco em 1993, ou seja, cinco anos após a implementação da nova Constituição. Contudo, a assistência social, agora regulamentada na forma de Lei, passará ainda por um longo processo até ser transformada em política pública.

Florestan Fernandes finalmente esteve certo quando denominou a Constituição brasileira de “colcha de retalhos”; a desconstrução dos direitos seguiu como fosse ferramenta para estabilizar o país frente ao caos econômico. Paiva e Mattei (2009) afirmam que a desregulamentação e as freqüentes emendas a Carta Suprema continuam sendo um desafio não só para os juristas e acadêmicos, mas para toda a sociedade. Os dados apontam que só no governo de FHC 40 emendas haviam sido promulgadas; no governo de Lula, porém, a realidade não foi outra, até maio de 2008 a Constituição já havia recebido cerca de 56 emendas.

A partir de sua regulamentação pela LOAS, o BPC sofre alterações pelo Decreto nº 1.144/1955, entrando em vigor a partir de janeiro de 1996. Outras duas mudanças são previstas, felizmente no que concerne à idade de elegibilidade dos idosos. A idade mínima de 70 passou a 67 anos, de acordo com a Lei nº 9.720/98, e, posteriormente, ocorre uma redução para 65 anos, em consonância com o Estatuto

²⁵ Gomes (2001) relata em seu artigo que ao enviar a primeira proposta de Emenda Constitucional de Reforma da Previdência Social ao Congresso Nacional, em 1995, o governo defendeu a proposta de desassociar o salário mínimo do BPC, que seria substituído por um “auxílio”. E complementa que a pressão dos movimentos de resistência na época, em especial o Conselho Nacional de Assistência Social, o CNAS, tiveram imprescindível contribuição para que não houvesse tamanho retrocesso.

do Idoso de Lei nº 10.74/03. As reduções da idade de elegibilidade nunca se deram de forma harmoniosa, visto que a redução representa um aumento significativo do número de beneficiários em todas as regiões do país, tanto é que a idade mínima de 65 anos custou anos de embates políticos, sendo aprovada somente em 2003. Para uma noção mais precisa da população idosa (incluído pobres e indigentes) em território nacional, abaixo disponibilizamos uma tabela de acordo com sua distribuição espacial em cada macrorregião:

Tabela 1 – Distribuições Regionais da População Idosa segundo Critérios Seleccionados para o Brasil em 2005 [%]:

Macrorregião Geográfica	Idosos	Idosos Pobres	Idosos Indigentes	Beneficiários	Demanda a Descoberto
Norte	4,86	7,63	4,98	6,20	4,74
Nordeste	26,48	51,10	42,06	60,59	41,86
Sudeste	47,72	29,19	41,77	16,51	41,94
Sul	15,61	7,87	8,19	3,98	8,29
Centro-Oeste	5,32	4,21	3,00	12,72	3,16
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 2005, extraído da Revista Econômica do Nordeste.

Os dados acima apontam para uma concentração da população idosa em situação de pobreza e indigência nas regiões Sudeste e Nordeste; segundo Araújo e Guedes (2009) tal fato deve-se às diferenças de estrutura etária entre as regiões, assim como da discrepância no *status* socioeconômico do idoso. Apesar da região Sul se caracterizar por deter uma população mais envelhecida é, contudo, nas regiões Sudeste e Nordeste onde encontram-se o maior percentual desta faixa etária sem o benefício. Em nossa avaliação, o fator socioeconômico que distingue fortemente as regiões ao norte e ao sul do país, contribuem com este quadro,

fazendo com que o número de beneficiários em potencial se concentre nessas regiões.

Atualmente, o BPC cobre mais de 3,3 milhões de idosos e pessoas portadoras de deficiência e em mais de cinco mil municípios, afirma Márcia Lopes, ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Estes números são bastante elevados se comparados ao ano de 1997, em que o número de concessões não ultrapassou de 435 mil. Com base nessa proporção, os gastos com o benefício também se elevaram consideravelmente. Em 1997 o valor estimado para os benefícios chegava a cerca de 700 milhões, hoje, atinge a marca de quase 2 bilhões de reais repassados somente no mês de setembro deste ano, de acordo com dados oferecidos pelo Ministério MDS:

Tabela 2 – Relatório dos dados gerais do Brasil e repasse financeiro dos principais programas de Transferência de Renda, Assistência Social e Segurança Alimentar:

Dados Gerais	
População (estimativa 2009)	191.480.630
Quantidade de Municípios	5.565

Transferência de Renda						
Programa	Famílias	Repasse Mensal	Repasse até out/10	IGD (Recurso Municipal+Estadual)		
Bolsa Família	12.632.150	1.244.780.937,00	11.907.713.439,00	Recurso Mensal	mai/10	25.414.480,63
Cartão Alimentação	7.566	378.300,00	4.083.150,00			
Total	12.639.716	1.245.159.237,00	11.911.796.589,00	Recurso acum.até	mai/10	124.587.046,82
Estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família (Pnad 2006): 12.995.195 / Cobertura: 97,21%						
Estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único (Pnad 2006): 22.231.781 / Cobertura: 56,82%						

Assistência Social				
Ação		Beneficiários	Repasso Mensal set/10	Repasso até set/10
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	1.737.476	PCD	884.178.699,86	7.728.588.686,85
	1.602.930	Idoso	816.616.289,38	7.213.969.753,97
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	220.961	PCD	112.413.826,75	1.045.193.149,22
	75.005	Idoso	38.232.672,45	364.682.093,43
BPC na escola (Capacitação/Questionário)			-	3.828.975,00
PAIF Serviço de Proteção Social Básica à Família			37.516.200,00	310.435.200,00
Número de CRAS: 6.763 Cofinanciados: 6.010 Próprios: 753 Expansão (nov/10): 971				

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

O financiamento dos programas e benefícios socioassistenciais, incluindo o BPC, provem do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no qual o MDS é o órgão gestor e o Conselho Nacional de Assistência Social responsável pelo acompanhamento e fiscalização (MDS, 2010). Nesse sentido, um dos avanços do com relação ao financiamento pode-se dizer que está no cofinanciamento das políticas sociais. O cofinanciamento permite que os recursos arrecadados sejam alocados no FNAS e, posteriormente, repassados Fundo a Fundo, isto é, remanejados para os fundos estaduais e municipais de acordo com Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas).

A análise dos números, especialmente no governo Lula, tem sido uma tarefa complexa e gerado muitas divergências. O financiamento para a assistência social e os programas de transferência de renda aumentou significativamente, o que é facilmente observado numa rápida análise comparativa entre os governos FHC e Lula, por exemplo. Para muitos esse aumento representa um avanço para as políticas sociais brasileiras à medida que o financiamento permitiu a expansão dos serviços oferecidos, como é o caso do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2007)²⁶. Em contrapartida, deparamo-nos com análises como a de Paiva e Mattei (2009), que apontam para este visível crescimento, porém atentam para o preocupante investimento financeiro destinado à área social. Ou seja, os números que apontam o crescimento do investimento podem parecer, imediatamente,

²⁶ Com base no texto Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Edição especial nº 13. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: www.ipea.gov.br

bastante relevantes, mas não se o valor gasto for relacionado ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

A partir de dados do MDS, visualizamos a clara melhoria com relação ao financiamento do BPC, que em 1996 representava 0,02% do PIB para 0,54% no ano de 2009. Paiva e Mattei (2009) alertam, todavia, que esse aumento foi seguido de cortes nos gastos com outras áreas, como saúde e educação.

Deste modo, nota-se que não se interrompeu a tendência neoliberal de desconstrução da ideia-força do direito social, conquistado na luta dos trabalhadores pelo acesso ao excedente, que deveria ser potencializado pelas estratégias organizativas populares e pelas medidas de fortalecimento subjetivo e político e de pertencimento a um projeto coletivo de classe, como um governo radicalmente democrático deve pautar. (PAIVA; MATTEI, 2009).

A questão do financiamento, constantemente em pauta no debate sobre as políticas sociais, não pode ser marginalizada quando pretende-se a ampliação e a melhoria dos serviços prestados. Apesar do notório aumento do financiamento para a área de assistência social, e em particular para o BPC, não podemos nos ater às análises superficiais cujo método não apreende a realidade como um todo. É preciso avaliar o conjunto das políticas públicas sociais como um produto dialético entre a forma como o sistema econômico se organiza e as pressões que as classes sociais suscitam no interior da sociedade burguesa.

Por isso, um dos focos de análise com relação aos benefícios está, para além de seus pressupostos legais e de financiamento, na maneira como a sociedade e os próprios usuários participam da construção dos mesmos. Isto é, de que forma se estabelece a participação popular e a contribuição do Estado nesse âmbito.

Conforme abordado no capítulo anterior, a ditadura que persistiu por longos vinte anos no Brasil deixou estigmas profundos. Um deles certamente está centrado na participação do povo com relação aos processos decisórios do país. A apatia política, o não interesse pelos rumos e deliberações que são tomadas nem sempre são resultado do caótico – pra não dizer desmoralizante – cenário político vivido pelo Brasil. O regime ditatorial contribuiu, e não foi pouco, na tarefa de coibir a população ao efetivo protagonismo.

Como parte do desafio de redemocratizar o país, a Constituição de 1988 incorporou o princípio de representatividade no intuito de garantir que, a partir de

então, os sujeitos pudessem desfrutar de autonomia para participar de espaços decisórios. Por sua vez, esses espaços foram denominados de conselhos gestores ou conselhos de direitos, propondo novas relações entre Estado e sociedade civil. Assim, os conselhos são compostos pela sociedade civil e pelo poder público, de forma paritária, que institucionalizam a participação, deliberação, fiscalização e controle sobre as políticas sociais. O principal objetivo é discutir, elaborar e fiscalizar as políticas sociais. e a continuação de políticas sociais já desenvolvidas.

Os conselhos, incluindo os de assistência social nas três esferas, são conquistas inegáveis dentro do rol de reivindicações que permearam as décadas de 70 e 80, mas é preciso que sejamos mais críticos do que voluntaristas para fazer uma avaliação sobre os mesmos. A forma como os conselhos, enquanto espaços democráticos, estruturaram-se está muito distante do pretendido pelas lutas políticas na época. Na atual conjuntura, apresentam ainda reais limites para se firmar e implementar suas atribuições. Dentre as problemáticas mais comuns está a composição dos conselhos por parentes/amigos pessoais do prefeito, o que não garante a participação efetiva da comunidade nesses órgãos. Outras vezes, são designados conselheiros governamentais sem o mínimo domínio do assunto ou sem competência sobre as atribuições de sua secretaria, além da falta de dialogo entre conselheiros governamentais e não-governamentais, o que contribui para atrasos nas deliberações. Teixeira (2002), ao analisar o controle social, destaca que são poucas as experiências de representatividade que refletem os interesses da população, pois em sua maioria, esses mecanismos não refletem a vontade da população e sofrem influências do poder econômico e da mídia.

Seria incoerente desacreditar na importância e potencial que os conselhos adquiriram ao longo do tempo, visto que tornaram-se reais espaços de disputa entre os diferentes atores políticos na sociedade. Contudo, a democracia representativa está muito aquém de um verdadeiro protagonismo popular, não apenas porque é insuficiente para incorporar as massas nessa dinâmica, mas, e principalmente, porque o sentido da democracia representativa adotado pela sociedade burguesa não permite ou não dá condições para que seja de outra forma. A democracia por fim não é um pré-requisito imanente do modo de produção capitalista, sobretudo em seu atual estágio em que as condutas individuais se sobrepõem às coletivas.

A valorização do âmbito privatista e individual em nossa sociedade não se expressa somente por meio do controle social, mas está fortemente presente nas políticas sociais em grande parte da América Latina. No Brasil, essa tendência aparece de maneira clara dentro do SUAS, ao eleger a família – um espaço privado de relações – como principal foco de intervenção de seus programas e benefícios. A ênfase na matricialidade sociofamiliar tem sido estratégia recorrente nas políticas socioassistenciais, incluindo o BPC²⁷, por considerar a família como célula fundamental da sociedade. Porém, há que se atentar para os riscos de priorizar a família como núcleo de intervenções: em países onde imperam as relações de mercado e capital, a centralidade na família não raro pode desembocar em uma estratégia que confere às famílias, e somente a elas, a responsabilidade pela sua condição de pobreza e subalternização de seus membros²⁸.

Tal perspectiva caracteriza-se por não apreender a forma como a sociedade se organiza como um todo, ou seja, não é capaz de compreender a dinâmica das relações sociais como expressão de uma totalidade, sendo mais pertinente, e na maioria das vezes até cômodo, atribuir fenômenos como a pobreza às decisões e condutas individuais.

Mesmo após identificar as inúmeras tensões que permeiam o processo de concretização do direito ao BPC, é preciso ponderar alguns avanços. Estudos²⁹ recentes comprovam que por meio da expansão do BPC ocorre um impacto expressivo sobre a pobreza no país e, em particular, sobre a extrema pobreza entre os idosos descobertos.

Paiva (2010) aponta também para os avanços relacionados às alterações normativas e que tiveram impactos relevantes para o benefício, tais como a Avaliação da Deficiência e do Grau da incapacidade, com base na Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde; a avaliação é composta por avaliação médicas e sociais e ambas consideram a limitação do desempenho de

²⁷ Basta olhar para os critérios de elegibilidade do benefício, em que a soma da renda de todos os membros da família deve ser igual ou menor que ¼ de salário mínimo.

²⁸ O debate sobre a matricialidade sociofamiliar nas políticas sociais da América Latina foi trabalhado mais a fundo no projeto de pesquisa “Família e Participação Popular: antinomias dos modelos de proteção social na América Latina”, que integrou o Instituto de Estudos Latino-Americanos – IELA.

²⁹ Estudo realizado por Guedes e Araújo (2009) intitulado: O Impacto do Aumento da Cobertura do Programa BPC sobre a Pobreza e a Desigualdade entre o Grupo de Idosos e os Elegíveis não Atendidos.

atividades e restrições de participação social; a conciliação do BPC com o desenvolvimento de capacidade e habilidades sem que o benefício seja cessado.

Finalmente, três considerações se fazem de extrema necessidade com relação ao benefício no Brasil. A primeira, e com base na exposição de Gomes (2001), corresponde a sua qualidade de direito, visto que, apesar do preceito legislativo que prevê sua concessão a todos a quem dele necessitar, atinge na realidade concreta somente quem vive abaixo da linha de indigência. De acordo com a autora:

O BPC está condicionado à disponibilidade orçamentária, a qual depende fundamentalmente de decisões políticas, com base em prioridades, sendo assim, guiado pelo princípio da primazia da rentabilidade econômica sobre a necessidade social. Tal assertiva está demonstrada pelas sucessivas e progressivas restrições, no intuito de conter o acesso, empreendidas pelas disposições legais e normativas, desde a edição de Medidas Provisórias até as Instruções e Resoluções do INSS (GOMES, 2001, pg. 132).

Assim, a imensa seletividade e focalização que os benefícios e programas sociais comportam no país alteram a condição dos beneficiários de pessoas portadoras de direitos para a de sujeitos necessitados. Não é a toa que mesmo depois de tantos anos da incorporação da assistência social como parte da política pública no Brasil, instituída enquanto um direito do cidadão, ela permaneça ainda, aos olhos de muitos, como uma política de benemerência e solidariedade.

Em segundo, é importante ressaltar que diferente dos demais serviços prestados pela assistência social, o BPC não deve ser considerado como uma medida paliativa, ou “seca gelo” como costumam designar muitos economistas, visto que seu público alvo possui especificidades se comparados aos usuários dos demais programas. Idosos e portadores de deficiência sem condições de provimento encontram-se na margem mais externa do sistema, não somente pela condição socioeconômica, mas especialmente porque são indivíduos já incapacitados para a participação política e social.

O terceiro e central ponto no presente debate, refere-se às peculiaridades na forma como o modo de produção capitalista se produz e reproduz na América Latina, conforme tratado no primeiro capítulo do trabalho. Antes de qualquer juízo acerca de um programa tão específico como é o BPC, é imprescindível que seja levado em consideração o fato de que dois terços da força de trabalho está sujeitada

à informalidade, aos baixos salários, ao crescente (e estrutural) desemprego e à superexploração do trabalho, não permitindo que boa parte desses indivíduos, ou famílias, contribuam com um sistema previdenciário ou tenham condições de assegurar condições dignas para seus membros idosos ou portadores de deficiência.

3.2. SOBRE O RENTA DIGNIDAD

O Renta Dignidad ou Renta Universal de Vejes constitui-se em um benefício, ou bônus como denominam os bolivianos, semelhante ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Brasil, porém destinado somente para a população idosa, sem a cobertura das pessoas portadoras de deficiência.

Regulamento pela Lei de nº 3791 de 27 de novembro de 2007, o Renta Dignidad vem substituir o Bonosol – assim como ocorre no Brasil entre o RMV e o BPC – incorporando o sistema de seguridade social não contributiva e trazendo em seu escopo algumas modificações. Assim, o benefício prevê uma renda vitalícia aos seus beneficiários e, em caso de morte, gastos funerários. Conforme o dispositivo legal, o benefício é destinado a todos os bolivianos de 60 anos ou mais, residentes no território boliviano, que não recebam outra renda, pensão ou qualquer tipo de remuneração advinda do Tesouro Geral da Nação (TGN). Para os indivíduos que se enquadram nesses requisitos, o valor mensal repassado é de 200 bolivianos (Bs) (o correspondente à 48,68 reais³⁰).

Para os bolivianos que se enquadram nos requisitos, porém têm acesso a algum tipo de renda ou pensão, com exceção de remunerações por parte do TGN, o benefício também é garantido, mas com um decréscimo de 25%, ou seja, terão direito ao valor mensal de 150 Bs.

A partir de um ligeiro comparativo entre o antigo Bonosol e o Renta Dignidad, é possível perceber uma série de avanços impactantes com a aprovação desse último. O Bonosol, até o ano de 2007, concedia o valor mensal de 150 Bs aos bolivianos com 65 anos ou mais. Portanto, as duas primeiras conquistas estão relacionadas à diminuição da idade para concessão do benefício e o valor mensal a

³⁰ Baseado no fechamento de 03/12/2010.

ser repassado. Segundo dados do Observatório Boliviano de Emprego e Seguridade Social (OBESS), a diminuição em cinco anos na idade, entre os requisitos de elegibilidade, elevou em 187.279 o número de pessoas beneficiadas.

A alteração da idade no contexto boliviano representou um avanço significativo se considerarmos a expectativa de vida dessa população. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a expectativa de vida na Bolívia é a segunda mais baixa do continente latino-americano (a mais baixa é a do Haiti) em que a média de vida das mulheres bolivianas está em 67 e dos homens em 63 anos. Dessa forma, os 65 anos impostos pelo Bonosol para acessar o benefício não estavam de acordo com a realidade do país (OBESS, 2007).

Desde sua criação, o Bonosol passou por uma variedade de alterações conforme o governo que operava no poder, especialmente porque contava com recursos de empresas capitalizadas para seu financiamento. Após cerca de um ano de sua criação, o presidente em vigor, Hugo Banzer, ao verificar a baixa rentabilidade das empresas, alterou o valor do benefício de 267 para 60 dólares ao ano. Mais uma vez, o bem estar social fica à mercê das nuances do plano econômico. Em 2001, com o retorno de Sánchez de Lozada à presidência, o benefício foi novamente modificado, retornando ao seu status inicial com o repasse de 1.800 Bs, pagos em uma única parcela aos idosos com idade de 65 ou mais.

A mudança do Bonosol para o Renta Dignidad, entretanto, não ocorreu de forma passiva. A proposta anunciada pelo então presidente, Evo Morales, foi repelida por diversos setores da sociedade, entre eles por prefeituras, políticos, pela mídia e até mesmo universidades, todos em sua grande maioria pertencentes à região de Media Luna, onde concentra-se a oposição política ao atual presidente. O motivo, obviamente, estava no fato de que com o aumento do valor do benefício aliado à diminuição da idade de elegibilidade, os gastos se elevariam de maneira gritante. Estima-se que de 120 milhões de dólares o governo passaria gastar cerca de 200 milhões a mais com o Renta Dignidad.

Morales señaló que el Gobierno y el Estado no tienen por qué “hablar de solidaridad” con las personas de la tercera edad, ya que el Ejecutivo y el Estado tienen la obligación de “garantizar la renta vitalicia”.³¹

³¹ Citação retirada do site: <http://vivabolivia.splinder.com/post/14291239>

Face ao exposto, é preciso ponderar que, apesar do progresso evidente desde 2007, o valor de 200 Bs. encontra-se ainda muito abaixo do valor necessário para que uma pessoa possa reproduzir sua vida dignamente. Basta confrontar o valor designado ao benefício com relação ao salário mínimo boliviano para embasar tal assertiva. Atualmente, o salário mínimo está em 679,5 Bs., o que significa que a renda mensal do Renta Dignidad representa menos de um terço do salário mínimo aprovado no país em 2010. Nos países onde o repasse feito aos beneficiários está fixado em um salário mínimo, como é o caso do Brasil, os questionamentos acerca da viabilidade de uma pessoa ou uma família manter-se com ínfima renda são abundantes; na Bolívia é possível concluir que este valor mal supre as necessidades alimentares de uma única pessoa.

Um dos principais impasses encontrados no Renta Dignidad, portanto, está no desatrelamento do benefício ao salário mínimo, impedindo-o de acompanhar os aumentos anuais de salário mínimo que vem sendo promovidos pelo governo Morales, que desde o ano de 2006 já aumentou em 239 Bs., passando de 440 Bs. ao custo atual de 679 Bs., segundo o Ministério de Economia e Finanças Públicas. Na Bolívia, a concessão de salários um pouco mais dignos ainda restringe-se ao setor contributivo, o que pode ser preocupante dado o contingente de pessoas que pertencem ao setor formal e informal de trabalho, sem mencionar aquela parcela da população que se encontra em situação de desemprego.

É principalmente por essas razões que voltamos a citar a relevância desse tipo de benefício na América Latina, embora nunca deixando de atribuir uma visão crítica sobre os mesmos. Sabemos que as políticas sociais em todo continente têm sido usadas como estratégias do capital no sentido de acomodar conflitos, isto é, por meio de ações focalizadas e assistencialistas - que não vislumbram na realidade concreta uma mudança real na condição de pobreza da população atendida - faz-se com que o atrito próprio da luta de classes nas sociedades burguesas seja atenuado.

Tanto na Bolívia quanto no Brasil esse tipo de estratégia tem se fortalecido, sobretudo com a ascensão do modelo neoliberal, cujos impactos se refletem no mundo do trabalho e por consequência na condição de vida da classe trabalhadora.

A ampliação do número de trabalhadores superexplorados, tanto do setor formal quanto do exército industrial de reserva, não é mais um fato momentâneo, cíclico, reversível; agora é um fator estrutural. Enquanto

excluídos sociais, esses sujeitos estão relegados às condições mais desumanas de sobrevivência. (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 42)

O desemprego estrutural torna-se, assim, um dos principais retratos das condições mais desumanas de sobrevivência à que estão submetidos os povos da América Latina, na materialização histórica da concentração da riqueza socialmente produzida de um lado, e a pauperização extrema, de outro. Desta forma, a forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo, tendo em vista que ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, reproduz crescentemente a tendência das massas ao pauperismo, conformando particularmente a chamada *questão social*. (PAIVA; CARRARO; ROCHA, 2008, p. 06)

Os dados elencados abaixo apontam para os reflexos dessa política, aliados aos fatores estruturais, do nível de desemprego na Bolívia:

Tabela 3 – Pesquisa Trimestral de Emprego:

ENCUESTA TRIMESTRAL DE EMPLEO			
BOLIVIA: POBLACIÓN DESOCUPADA POR RANGOS DE EDAD, SEXO Y TRIMESTRE			
(En porcentaje respecto al valor absoluto)			
POBLACIÓN DESOCUPADA	2010 – Primer Semestre		
	Hombres	Mujeres	Total
Población Desocupada (En valor absoluto)	69.568	89.299	158.867
de 10 a 19 años	13,73	16,01	15,02
de 20 a 29 años	46,60	40,01	42,89
de 30 a 39 años	16,93	25,72	21,87
de 40 a 49 años	9,84	12,05	11,08
de 50 a 59 años	8,21	4,23	5,97
de 60 a 69 años	3,4	1,64	2,41
de 70 a 98 años	1,28	0,33	0,75

Fonte: Encuesta Trimestral de Empleo – INE (Instituto Nacional de Estadística)

O contingente de pessoas desempregadas no primeiro trimestre de 2010 é elevado, porém comparado ao ano anterior teve uma pequena diminuição de 11.322. Durante nossa investigação não foi possível encontrar números oficiais do governo boliviano que demonstrassem os percentuais referentes ao trabalho formal e informal no país. Todavia, segundo o relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2002³², a Bolívia lidera o ranking dos países com a maior taxa de trabalho informal da América Latina com cerca de 63% da população ativa, excluindo o setor agrícola. Em segundo lugar encontra-se o Brasil com 60% desse tipo de trabalho.

Outro aspecto relevante do Renta Dignidad diz respeito ao seu financiamento. O montante destinado para pagar os benefícios é proveniente dos recursos do Imposto Direto dos Hidrocarbonetos (IDH), da rentabilidade das empresas capitalizadas pelo Fundo de Capitalização Coletiva (FCC) e do Tesouro Geral da Nação (TGN).

Um dos grandes diferenciais entre o Renta Dignidad e o Bonosol está, pois, no seu financiamento. Enquanto o Bonosol era gerido somente de acordo com a rentabilidade das empresas capitalizadas, o Renta Dignidad, a partir de uma perspectiva desafiadora proposta pelo governo de Morales, inclui entre suas fontes de renda os recursos procedentes do IDH. Isso implica no repasse de 30% de todos os recursos gerados pelo IDH, que devem ser captados por todas as prefeituras, municípios, universidades e pelo TGN.

Com a reestruturação do benefício estimava-se que seriam necessários cerca de 190 milhões de dólares para cobrir os gastos. Contudo, os recursos provenientes do FCC, como ocorria com o Bonosol, garantiam somente 25 milhões de dólares, comprometendo em demasia a cobertura da demanda. Conforme citação do Ministro da Fazenda, em 2007, Luís Alberto Arce Catacora, com os recursos provenientes do IDH será possível um aumento de 165 milhões de dólares ao conjunto do montante, o que agregaria ao Renta Dignidad um total de 676.009 beneficiários. A tabela disponibilizada a seguir demonstra de que forma os benefícios distribuem-se com a reestruturação do benefício de acordo com os nove departamentos:

³² Informações retiradas do site Sindicato Mercosul. Disponível em: <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=4457>

Tabela 4 – Distribuição do Renta Dignidad de acordo com os departamentos:

Departamento	Beneficiários
Chuquisaca	46.376
La Paz	218.069
Cochabamba	123.053
Oruro	36.808
Potosí	65.952
Tarija	31.514
Santa Cruz	129.531
Beni	21.616
Pando	3.090
Total	676.009

Fonte: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas de Bolivia

As diferenças regionais no que tange a distribuição do benefício ocorrem, principalmente, em função do desnível populacional entre um departamento e outro; La Paz, Cochabamba e Santa Cruz são os mais populosos do país. Os motivos pelos quais sentiu-se a necessidade de reestruturação do Bonosol, para além de ampliar o número de beneficiários é exposto por Arce Catacora:

El Plan Nacional de Desarrollo hace énfasis en lo productivo y el tema social, que han sido descuidados en los últimos años. El Plan tiene una estrategia de reducción de la extrema pobreza del actual 37,7 por ciento hasta el 22,2 por ciento para el 2015. Pero, si a este Plan le incorporamos las políticas sociales como el bono Juancito Pinto y la Renta Dignidad, la extrema pobreza se reduciría en Bolivia del 37,7 por ciento al 19,7 por ciento. Otro elemento importante es la mayor disminución de la desigualdad. Bolivia y Brasil son los países que tienen la peor distribución del ingreso (...) No estamos haciendo proselitismo para ganar votos, estamos haciendo política social. Hemos visto que los recursos alcanzan para hacer esta política social, para mejorar la distribución del ingreso y para reducir la extrema pobreza en Bolivia. Los recursos también alcanzan para que los prefectos, para que los alcaldes sigan haciendo sus obras. Los recursos alcanzan para todo ello. (CATACORA, 2007).

Ademais, denotamos um esforço por parte do Estado Plurinacional da Bolívia como resultado das lutas encampadas no decorrer dos últimos anos, não apenas do

partido no poder, mas do conjunto dos movimentos sociais, em construir novas bases para o país, dessa vez assentadas em princípios verdadeiramente democráticos.

Na esteira desse raciocínio, atentamos para dois fatores abordados na análise brasileira: a matricialidade sociofamiliar presente nas políticas sociais e a questão da participação popular. Considerando nossas limitações para este trabalho, que restringiu-se à pesquisa documental e teórica, porém algumas ponderações com relação a esses dois eixos cabem ser mencionadas, embora dados empíricos pudessem nos dar um aporte mais consistente.

Com relação ao primeiro eixo, observamos a partir da análise da legislação específica que o Renta Dignidad não faz referências ao núcleo familiar. A concessão do benefício está prevista independente de qualquer conceito ou tipo de família (preocupação recorrente nas políticas sociais brasileiras), comunidade ou cultura ao qual o sujeito esteja inserido. Tal fato possivelmente seja reflexo das transformações que se adensaram a partir de 2005, cujo esforço veio no sentido de valorizar os povos indígenas originários e a diversidade cultural própria do povo boliviano – mas até então negada ou não reconhecida pelos setores dominantes – em um movimento contrário ao enaltecimento da cultura ocidental predominante.

Falar sobre a questão da participação popular em um país que não o nosso é sempre uma tarefa difícil. Com a Bolívia não foi diferente, pois olhar para um processo histórico novo, e novo até mesmo para os bolivianos, e enxergar com “olhos brasileiros”, muitas vezes não nos permite fazer um juízo acertado na medida em que sempre tentamos estabelecer uma comparação entre ambas as realidades. Mas nesse caso isso realmente não é possível. Apesar do Brasil e da Bolívia partilharem de uma unidade estrutural, suas particularidades históricas e culturais lhes conferem contextos distintos quando se refere à forma como organizam suas lutas e seus meios de participação. Na Bolívia não encontramos dados suficientes que provem de que maneira os usuários das políticas sociais, e em especial os do Renta Dignidad, organizam-se para atuar coletivamente na construção do benefício.

Temos conhecimento, contudo, que a concepção contra-hegemônica que orienta o governo de Evo Morales e os movimentos sociais na Bolívia apresentam por vezes um caráter muito mais efetivo no que tange a participação de seu povo, do que aquela restrita a democracia representativa.

Foram os indígenas, e não os partidos, que criaram a oportunidade histórica de construirmos um país melhor. E a visão política do indígena vai além do socialismo porque também considera a natureza. O modelo ocidental exalta o indivíduo e a propriedade individual, ao passo que nós consideramos o comunitário. Ivan Iporre³³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de compreender a construção dos direitos sociais no Brasil e na Bolívia não foi, em nenhum momento, uma empreitada simples. E não o foi por vários motivos. Deparamo-nos por vezes com o desconhecido; e o desconhecido gera certo medo. Não apenas pela constante falta de dados que provocava o receio de comprometer a análise, mas, sobretudo, porque estávamos adentrando em terras estranhas a nossa.

O referencial teórico-metodológico também nos impôs um grande desafio, afinal, a opção pelo pensamento marxista exige uma compreensão fundada na historicidade e na totalidade dos fenômenos sociais, o que não implica numa tarefa fácil dada a complexidade conjuntural de ambas as realidades. A opção pelo pensamento marxista objetivou também que nossa reflexão expressasse a luta de classes como fator imprescindível para se pensar as políticas sociais, desde que estas não surjam tão somente como mecanismo de um Estado burguês para sanar conflitos. Isto significa que os dois benefícios aqui analisados, o BPC e o Renta Dignidad, expressam-se como resultado de um movimento dialético na história do Brasil e da Bolívia.

Dessa forma, esta investigação pretendeu apreender como o modo de produção capitalista e, por conseqüência, o Estado, o trabalho e as políticas sociais operam de forma peculiar no continente latino-americano. Desvendar a essência de nossas particularidades ajuda-nos a entender a imaterialidade dos direitos sociais na contemporaneidade, caráter ainda mais acentuado em um contexto de crise capitalista. Eis aqui o motivo pelo qual o estudo dos programas de transferência de renda adquire tamanha relevância: para além de serem direitos socioassistenciais

³³ Entrevista com Ivan Iporre, ex-assessor da presidência da República e engenheiro mecânico. In: Bolívia jakaskiwa. Florianópolis: Inti editorial, 2008.

reconhecidos e regulamentados, os programas de transferência de renda na América Latina assumem um caráter também dual, como já assinalado anteriormente com relação às políticas sociais.

Ambos os programas apresentaram avanços nos últimos anos. No caso do BPC, os principais foram relacionados às alterações normativas, mas, também, no seu financiamento, permitindo que a cobertura expandisse consideravelmente. O Renta Dignidad segue igualmente essa tendência, contudo, e apesar de não se constituir em uma aposentadoria propriamente dita, agrega um importante diferencial: não exige a comprovação de uma renda mínima aos beneficiários para a concessão do benefício, ou o chamado atestado de extrema pobreza. O que evidencia um salto qualitativo se comparado às exigências estipuladas pelos organismos internacionais.

Os programas de transferência de renda possuem, hoje, reconhecida importância na medida em que cumprem o papel de acesso das classes subalternizadas à uma parte da riqueza socialmente produzida e permite o acesso aos mínimos sociais, isto é, a satisfação das necessidades primeiras dos indivíduos. Por outro lado, e contraditoriamente, tais programas constituem-se como parte das diretrizes dos organismos multilaterais como BM³⁴ e FMI, constituindo uma agenda de políticas que prometem “o combate da pobreza extrema” por meio de medidas focalizadas e compensatórias, que priorizam o amortecimento do conflito social e a satisfação das necessidades humanas básicas pela via do mercado.

Todas as análises até aqui desenvolvidas são válidas para a experiência brasileira e boliviana, o que não podemos negligenciar, no entanto, são suas particularidades históricas e políticas, principalmente, com relação aos acontecimentos da última década. A Bolívia, com um processo político original em andamento, guiado e construído pelos movimentos sociais e indígenas que surge quase como um grito de basta diante de um passado que empenhou-se em subalternizar e calar as vozes do seu próprio povo; uma movimentação bastante complexa e ampla para ser reduzida à figura de um presidente. Já o Brasil, atualmente não expressa uma conjuntura favorável em direção a mudanças estruturais, pelo contrário, é capaz de representar em seu sistema político todos os

³⁴ A erradicação da pobreza **extrema** e da fome é o primeiro objetivo dentro do plano de “Objetivos de desenvolvimento do milênio” para o Banco Mundial, com meta de cumprimento até 2015.

infortúnios herdados do período ditatorial. No entanto, os dados relativos à última década demonstram consideráveis avanços no plano da democracia e até mesmo dos direitos sociais, mas seria de um otimismo ingênuo crer que barreiras basilares tenham sido rompidas.

A compreensão teórica dos fatores conjunturais e estruturais que determinam as políticas sociais e, especificamente, os programas de transferência de renda é requisito necessário para pensar a atuação profissional, partindo do pressuposto de que não deve haver um hiato entre teoria e prática, especialmente se estiver em jogo a transformação de dada realidade. É parte de nosso compromisso instigar, através da academia ou da prática profissional, a politização dos sujeitos nos seus processos pela conquista de direitos. No caso específico destes benefícios, em que a participação e organização de seus usuários encontra-se comprometida, segue a tarefa de garantir a ampliação dos direitos, atentando para o não retrocesso dos já existentes, assegurar a ampliação de sua visibilidade e permitir a constante análise crítica sobre mesmos. Ademais, a tarefa que se segue está exatamente em estabelecer uma coesão entre o compromisso ético-político da profissão e o projeto democrático-radical, principalmente agora, em tempos de reestruturação orgânica do campo socioassistencial no Brasil, através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e do original momento de transformações pelo qual vive o povo boliviano.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Taiana Fortunato; GUEDES, Gilvan Ramalho. Impacto do Aumento da Cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sobre a Pobreza e a Desigualdade entre o Grupo de Idosos e os Elegíveis não Atendidos. In: **Revista Econômica do Nordeste** v.40 n.01. Fortaleza, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/> Acesso em 12 de outubro de 2010.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. Brasília: **Revista EconomiA**, 2006. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf . Acesso em 12 de julho de 2010.

CARUSO, Mariléa M. Leal; CARUSO, Raimundo C. **Bolívia jakaskiwa**. Florianópolis: Inti Editorial, 2008.

COIMBRA, Eric Araújo Dias. O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

DIETERICH, Heiz. **Novo guia para a pesquisa científica**. Tradução de Eliete Ávila Wolff. Blumenau, Ed. da FURB, 1999.

DURÁN GIL, Aldo. **Bolívia: duas revoluções nacionalistas?** Perspectivas v.33 São Paulo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA. **Constitución Política Del Estado**. La Paz: 2009.

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA. **Ministerio de Economía y Finanzas Públicas**. Disponível em: <http://www.economiayfinanzas.gob.bo/> Acesso em 01 de novembro de 2010.

FERNANDES, Florestan. **Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22 ed. São Paulo: Nacional, 1987.

GOMES, Ana Lúcia. O benefício de prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. In: **Revista Serviço Social & Sociedade** v22, n68. São Paulo, 2001.

IAMAMOTO, Maria Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

INE – Instituto Nacional de Estadística. **Encuesta Trimestral de Empleo**. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo/> Acesso em 16 de novembro de 2010.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Edição especial nº 13. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: www.ipea.gov.br Acesso em: 14 de novembro de 2010.

KLEIN, Herbert. **Bolívia: do período pré-incaico à independência**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MACIEL, Douglas Campanini. Nacionalismos, movimentos sociais e a incorporação da Bolívia à economia-mundo capitalista. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: Dependência e Integração**. 1. ed. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. Organização Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo Editral, 2007.

MATTEI, Lauro; PAIVA, Beatriz Augusto. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. In: **Revista Textos e Contextos** v. 8 n.2. Porto Alegre, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pos-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a Propósito da Questão Social**. In: ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista Temporalis**. 2ª Ed. Recife, ano II, n 3, p. 41 – 49, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

OBESS - Observatório Boliviano de Emprego e Seguridad Social. Disponível em: <http://www.cedla.org/obess/> Acesso em: 11 de novembro de 2010.

OURIQUES, Nildo. O lugar do Brasil no mundo. In: **Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA)**, 2010. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/nildo.pdf> . acesso em 1o de setembro de 2010.

PAIVA, Beatriz Augusto. **Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social: Tensões e Avanços na concretização deste direito constitucional**. Apresentação no Seminário Estadual de Serviço Social na Previdência. Florianópolis, 2010.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálisis**. Florianópolis, vol. 9, n. 2, p. 166 – 175, jul/dez 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto; CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella. **Trabalho e Questão Social**: O prisma latino-americano. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social. São Luís, 2008.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Processo e desenvolvimento da revolução boliviana**. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v3_artigo_pericas.pdf . Acesso em 16 de junho de 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REPÚBLICA DO BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/> . Acesso em 03 de novembro de 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Aos Trancos e Barrancos**: como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Mirella F. Participação Popular nas Políticas Socioassistenciais na América Latina: Estudo Comparativo entre Brasil e Venezuela. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SADER, Emir. **A Revolução Democrática na Bolívia**. Programa de las Américas. Silver City, NM: Internacional Relations Center, 2006.

SINDICATO MERCOSUL. Notícias. Disponível em: <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=4457> Acesso em 22 de novembro de 2010.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **A estruturação do mundo do trabalho**: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Tradução de Fernando Côrrea Prado. Uberlândia: EDUFU, 2009.

VIVA BOLÍVIA. Blog boliviano disponível em: <http://vivabolivia.splinder.com/post/14291239> Acesso em 22 de novembro de 2010.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1975.

ZAVALETA MERCADO, René. **El poder dual em América Latina**: Estudio de los casos de Bolívia e Chile. México: Siglo Veintiuno, 1974.